

# Sumário

Número de notícias: 29 | Número de veículos: 26

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - NACIONAL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita adia início da autorregularização de dividas ..... 3

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Adesão a programa que perdoa dívida começa hoje ..... 4

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Veja se você tem dinheiro "esquecido" ..... 6

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
SAQUE ANIVERSÁRIO

FGTS já está liberado ..... 8

O POPULAR - GO - ECONOMIA  
SAQUE ANIVERSÁRIO

Começa saque "aniversário" aos nascidos em janeiro ..... 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ANFIP

Correção da tabela isentaria quase 14 milhões de IR ..... 11

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS  
SAQUE ANIVERSÁRIO

FGTS: veja o calendário do saque-aniversário ..... 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

MP da reoneração será tema de encontro ..... 13

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

MP exclui 8 setores atendidos pela desoneração ..... 15

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Empresários criticam MP que reonera a folha ..... 17

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária pode impactar preços de alimentos e beneficiar famílias pobres ..... 18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Nove estados e o DF vão elevar a alíquota do ICMS em 2024 ..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Hora de pagar os impostos ..... 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Tempo de espera menor no INSS ..... 22

PIONEIRO - CAXIAS DO SUL - RS - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

A fila que não acaba (Editorial) .....	23
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS SEGURIDADE SOCIAL	
Dados mostram que tempo de espera na fila do INSS reduziu em dezembro .....	24
O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - RIO DE JANEIRO SEGURIDADE SOCIAL	
Contribuições complementares ao INSS .....	25
JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Contribuição do autônomo ao INSS muda em 2024 .....	26
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS SEGURIDADE SOCIAL	
Supremo terá que julgar quatro pontos importantes da reforma trabalhista .....	27
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Juros nos EUA e reformas prometem renovar interesse externo na Bolsa .....	29
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Resgates de fundos em 2023 chegam a R\$ 128 bi .....	31
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Carteiras 'cripto' lideram ganhos no ano .....	34
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Índice de Preços ao Produtor tem queda de 0,43% .....	38
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
PIB mundial vai se manter em queda, aponta estudo .....	39
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Transferência de renda cresce e comprime salários, mostra estudo .....	40
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA	
Juros devem frear economia mundial em 2024, diz ONU .....	42
ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS ECONOMIA	
Após recorde em 2023, bolsa lida com novos riscos globais .....	43
A GAZETA - MT - ECONOMIA-MT ECONOMIA	
Brasil deve crescer 1,6% em 2024 .....	45
PIONEIRO - CAXIAS DO SUL - RS - ECONOMIA ECONOMIA	
Após alta, bolsa inicia o ano mais instável .....	46

# Receita adia início da autorregularização de dívidas

Agência Brasil

A **Receita Federal** adiou para esta sexta-feira (05), o início da adesão dos contribuintes ao programa da autorregularização incentivada de **tributos**. O prazo começaria na última terça-feira (02), mas por problemas técnicos o formulário de adesão não pôde ser disponibilizado na data prevista.

O programa permite que os contribuintes admitam a existência de débitos, paguem somente o valor principal e desistam de eventuais ações na Justiça em troca do perdão dos juros e das multas de mora e de ofício e da não realização de autuações fiscais. Ele foi criado pela Lei 14.740, sancionada em novembro de 2023.

De acordo com a **Receita Federal**, o adiamento do início da adesão não afeta os incentivos que o contribuinte pode obter com a autorregularização. Pessoas físicas e empresas podem participar. O período de adesão vai até 10 de abril.

A dívida consolidada pode ser quitada com desconto de 100% das multas e dos juros. O contribuinte pagará 50% do débito como entrada e parcelará o restante em 48 meses. Quem não aderir à autorregularização pagará multa de mora de 20% do valor da dívida.

O requerimento de adesão deve ser feito pelo portal do Centro Virtual de Atendimento da **Receita Federal** (e-CAC). Se o pedido for aceito, o órgão considerará que houve confissão extrajudicial e irrevogável da dívida. Somente débi-

tos com a **Receita Federal** podem ser autorregularizados. O programa não abrange a dívida ativa da União, quando a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional passa a cobrar o débito na Justiça.

A regulamentação do programa foi publicada em instrução normativa no dia 29 de dezembro. Ele permite a inclusão, na renegociação, de **tributos** não constituídos (não confessados pelo devedor) até 30 de novembro de 2023, mesmo nos casos em que o Fisco tenha iniciado procedimento de fiscalização. Também podem ser incluídos **tributos** constituídos (confessados pelo devedor) entre 30 de novembro de 2023 e 10 de abril de 2024.

\* Abrangência

Quase todos os **tributos** administrados pela **Receita Federal**

estão incluídos na autorregularização incentivada. A exceção são as dívidas do Simples Nacional, regime especial para micro e pequenas empresas.

Assim como em outros programas recentes de renegociação com a Receita, o contribuinte poderá abater créditos tributários (descontos em **tributos** pagos a mais) da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), desde que limitados a 50% da dívida consolidada. Também será possível abater créditos de precatórios, dívidas do governo com o contribuinte reconhecidas pela Justiça em sentença definitiva, tanto próprios como adquiridos de terceiros.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=logon&edicao=131870#page/1>

# Adesão a programa que perdoa dívida começa hoje

## DA REDAÇÃO

A **Receita Federal** adiou o início da adesão ao programa de autorregularização incentivada de **tributos** para hoje. Segundo o órgão federal, o adiamento acontece em função de problemas técnicos, mas não afeta os incentivos que o contribuinte pode obter com a autor-regularização.

O formulário de adesão seria liberado na terça-feira. O programa, criado pela Lei 14.740/2023 permite que os contribuintes admitam a existência de débitos, paguem somente o valor principal e desistam de eventuais ações na Justiça em troca do perdão dos juros e das multas de mora e de ofício e da não realização de autuações fiscais.

## Prazo limite

Pessoas físicas e empresas podem participar. O período de adesão vai até 1º de abril. As informações são da Agência Brasil.

O requerimento deverá ser efetuado mediante abertura de processo digital no Portal do Centro Virtual de

Atendimento - Portal e-CAC, na aba "Legislação e Processo", por meio do serviço "Re-querimentosWeb", acessível nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.066, de 24 de fevereiro de 2022, e

disponível no site da RFB na Internet, conforme tela abaixo:

A dívida consolidada pode ser quitada com desconto de 100% das multas e dos juros. O contribuinte pagará

50% do débito como entrada e parcelará o restante em 48 meses.

Quem não aderir à autor-regularização pagará multa de mora de 20% do valor da dívida.

Programa permite que o contribuinte admita a existência de débitos, pague somente o valor principal e desista de eventuais ações na Justiça

## Site:

[https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab\\_6](https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_6)

**AD9F888E45345B7E857CAF2070011E05AF7BE95C95275**  
**AECE1F68D9967FBD26383E36B357870591E06E38F25DA**  
**63F2AC26A07F0718847921CCA5891D0643933021824BB1**  
**0E0A4595F369F6AA964A3EC324F93E54C2DB65F85389D**  
**F30E3BA7A82F2425CD1899856CE512CBB835CD0DDCD**  
**10133522354A1EF8FC26**

# Veja se você tem dinheiro "esquecido"

**Rodrigo Peret**

Mais de 40 milhões de brasileiros ainda têm a receber R\$ 6 bilhões do programa Valores a Receber (SVR), um serviço do Banco Central (BC) para as pessoas físicas e jurídicas consultarem se têm dinheiro que ficou em alguma conta inativa em bancos, corretoras, fintechs ou consórcios.

No Estado, a estimativa é de que seriam cerca de 800 mil pessoas com algum dinheiro esquecido. São saldos em contas encerradas,

cotas de capital e rateio de sobras de beneficiários de cooperativas, por exemplo. A maior faixa de beneficiários, com 31 milhões de pessoas e empresas, esqueceu até R\$ 10 nos bancos. Por outro lado, mais 800 mil contas inativas no País possuem mais de R\$ 1.000 para receber.

"Muita gente já fez a consulta e espalhou que se tratavam de valores baixíssimos, o que causou um desestímulo da população a fazer a consulta. O ideal é a pessoa realizar a consulta, que é gratuita, porque são valores diferentes para cada um", explica o economista Marcelo Loyola Fraga.

O site <https://valoresareceberbcb.gov.br> oferece a possibilidade de consulta a valores de pessoa falecida, com acesso para herdeiro, testamentário, inventariante ou representante legal. Para realizar essa consulta é preciso informar o CPF e a data de nascimento da pessoa falecida.

Além do Valores a Receber, há outras possibilidades para conseguir um dinheiro extra nesse início de ano. Mais de 400 mil brasileiros podem reaver as perdas na poupança causadas durante por planos econômicos nos governos Collor e Sarney. As quantias, nesses casos, podem chegar a até R\$ 100 mil.

Outra forma é a restituição do Imposto de Renda. Para saber se você tem algo a receber, acesse a página da Receita na internet, clique em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, "Consultar a Restituição". Depois, clique no botão iniciar e coloque seu CPF.

Se identificar alguma pendência na declaração, você pode retificá-la, corrigindo as informações que estão erradas.

Há ainda o abono do Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do

Servidor Público (Pasep). Segundo o Ministério do Trabalho, no PIS/Pasep 2023 (ano-base 2021) foram identificados 24.508.476 trabalhadores com direito ao abono salarial. Os que ainda não compareceram para receber são 540.892 trabalhadores.

**DINHEIRO na mão:** chance de ter valor a receber por perdas na poupança, restituição do IR ou cotas do PIS/Pasep

**SAIBA MAIS**

Como consultar o dinheiro esquecido pelo Banco Central

ACESSE a plataforma Valores a Receber do Banco Central

CLIQUE EM "Consulte valores a receber"

PREENCHA OS CAMPOS com os seus dados

CLIQUE em "Consultar" e confira

CASO VOCÊ tenha valores a receber, basta clicar em "Acessar o SVR". É preciso ter uma conta gov.br de nível prata ou ouro para entrar SVR.

ATENÇÃO á data que o Sistema de Valores a Receber vai informar. Essa data será um agendamento. e você poderá consultar os valores e informar os dados para a transferência nesse dia.

O AGENDAMENTO será feito de acordo com sua data de nascimento. No caso das empresas, de acordo com a data de criação da companhia

NA DATA agendada, acesse novamente o site [valoresareceberbcb.gov.br](https://valoresareceberbcb.gov.br), usando seu login gov.br para saber qual o valor disponível para saque e solicitar a transferência

SE VOCÊ PERDEU a data do agendamento. basta entrar novamente no site [valoresareceberbcb.gov.br](https://valoresareceberbcb.gov.br) e solicitar novo acesso. O sistema vai informar nova data para o retorno.

Onde pode ter mais dinheiro

Dinheiro dos governos Collor e Sarney

BRASILEIROS que sofreram prejuízos em contas de poupança com a implementação dos planos

econômicos dos governos Collor e Sarney têm direito a reparação. Os planos que fazem parte do acordo são: Bresser (1987), Verão (1999), Collor I (1990) e Collor II (1991).

LEVANTAMENTO da Febraban aponta que 470mil brasileiros podem reaver suas perdas, a quantia pode variar de R\$ 3 mil a até R\$100 mil. Ainda de acordo com a entidade, mais de 300 mil pessoas já foram beneficiadas pelo acordo coletivo.

O VALOR DO ACORDO depende do saldo base existente na data do plano. Após a adesão, o dinheiro é devolvido em até 15 dias.

TÊM DIREITO A RECEBER todos OS correntistas ou seus herdeiros que ajuizaram ações individuais ou executaram sentenças de ações coletivas/ ações civis públicas até 11 de dezembro de 2017 têm direito a receber a quantia.

OS INTERESSADOS em aderir ao acordo devem se habilitar no portal de Acordos, uma plataforma on-line unificada no site <https://portalacordo.pagamentodapoupanca.com.br/>

Restituição do Imposto de Renda

MAIS DE UM milhão de contribuintes caíram na malha fina entre março e setembro deste ano, segundo a **Receita Federal**, por inconsistências nas declarações do Imposto de Renda. Do total, apenas 2% das declarações retidas não têm valor de Imposto a Restituir, nem a Pagar.

PARA SABER se você tem algo a receber. acesse a página da Receita na internet (<https://www.gov.br/receita-federal/pt-br>), clique em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, "Consultar a Restituição". Depois, clique no botão iniciar e coloque o seu CPF.

SE IDENTIFICAR alguma pendência na declaração, você pode retificá-la. corrigindo as informações que estão erradas.

Resgate do PIS/Pasep

O PROGRAMA de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) são contribuições tributárias realizadas pelas empresas e órgãos públicos. O objetivo é financiar o pagamento do seguro-desemprego, abono e participação na receita destas entidades.

DE ACORDO com o Ministério do Trabalho, no PIS/Pasep 2023 (ano-base 2021) foram identificados

24 508.476 trabalhadores com direito ao abono salarial. Os que ainda não compareceram às unidades pagadoras para receber são 540.892 trabalhadores. A quantia disponível para saque, segundo a pasta, é da ordem R\$ 535.B milhões.

PARA TER DIREITO, é preciso se enquadrar nos seguintes critérios: É preciso se enquadrar nos seguintes critérios:

TER RECEBIDO por pelo menos 30 dias de trabalho em 2020

TER TRABALHADO com carteira assinada em 2020

TER RECEBIDO. EM MÉDIA até no máximo dois salários mínimos mensais em 2020

ESTAR INSCRITO no PIS-Pasep há, pelo menos, cinco anos

E QUE O SEU EMPREGADOR tenha atualizado seus dados na Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

PARA TER ACESSO às informações do Abono Salarial na Carteira de Trabalho Digital, é necessário que o trabalhador atualize ou baixe o aplicativo. depois acesse a aba Benefícios e Abono Salarial, para verificar o valor, dia e banco de recebimento.

PARA OBTER o documento digital, o trabalhador vai precisar do número do CPF e deverá criar uma conta autenticada no portal gov.br.

**Saque-aniversário do FGTS**

O **SAQUE-ANIVERSÁRIO** é uma modalidade de resgate dos recursos do **FGTS**. Ele permite que o trabalhador saque uma parcela do **FGTS** no mês do seu aniversário.

ATE HOJE, 34 MILHÕES de trabalhadores optaram pela antecipação da modalidade. Somente no período de 1º de janeiro a 6 de dezembro de 2023 foram sacados R\$ 14.4 bilhões.

ANTES DE SOLICITAR o resgate. O trabalhador deve verificar o saldo das contas no App **FGTS** ou pelo site [www.caixa.gov.br/extrato-fgts](http://www.caixa.gov.br/extrato-fgts). informando o CPF ou o NIS (Número de Inscrição Social, também chamado de PIS/Pasep ou NIT). É preciso realizar um cadastro, caso já não o tenha.

APLICATIVO do PIS: valores

Fonte O Globo. Carta Econômica federal. Receita Federal e Ministério do Trabalho.



# FGTS já está liberado

A Caixa Econômica Federal disponibilizou, nesta semana, o calendário do **saque-aniversário** do Fundo de Garantia do Trabalhador Social (**FGTS**) de 2024. Nascidos em janeiro já podem fazer o resgate desde o dia 2.

A modalidade, em vigor desde 2020, permite que o trabalhador saque, anualmente, parte do saldo das contas ativas e inativas do **FGTS** no mês em que faz aniversário. Em contrapartida, ele não poderá sacar o valor depositado pela empresa caso seja demitido sem justa causa, tendo acesso apenas à multa rescisória.

A adesão é opcional e pode ser feita através do aplicativo e do site do **FGTS**, além de agências e internet banking da Caixa.

Para quem quiser receber o dinheiro já neste ano, é preciso aderir à modalidade até o último dia do mês em que faz aniversário. Se o prazo for ultrapassado, o trabalhador só receberá a parcela no ano que vem.

Os valores para saque, por outro lado, ficam disponíveis até o último dia do segundo mês subsequente ao do aniversário. Caso não seja retirada, a quantia volta para a conta sem prejuízo ao trabalhador.

Quem não optar pelo **saque-aniversário** permanece na modalidade padrão: o saque-rescisão. A sistemática dá direito ao saque integral da conta do **FGTS** - incluindo a multa rescisória - quando o trabalhador é demitido sem justa causa, se aposenta, é acometido por uma doença grave ou deseja comprar um imóvel.

Também é possível voltar à modalidade padrão, caso o trabalhador queira parar de receber o saque-aniversário. Há, no entanto, uma espécie de "quarentena": ao voltar para o saque-rescisão, ele fica dois anos sem poder sacar o saldo da conta do **FGTS**, mesmo em caso de demissão. Com isso, ele só tem acesso à multa rescisória.

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou que pretende mudar essa regra em 2024.

A ideia é permitir o saque total da conta em casos de demissão, quer o trabalhador tenha aderido ao **saque-aniversário** ou não. O governo, porém, prevê revés no Congresso no momento de tramitação do projeto de lei: a avaliação é de que deputados e senadores resistem a modificar ou abolir uma regra que eles

próprios aprovaram.

## VEJA O CALENDÁRIO DO **SAQUE-ANIVERSÁRIO** DE 2024

Nascidos em janeiro: Saques de 2 de janeiro a 29 de março

Nascidos em fevereiro: Saques de 1º de fevereiro e 30 de abril

Nascidos em março: Saques de 1º de março a 31 de maio

Nascidos em abril: Saques de 1º de abril a 28 de junho

Nascidos em maio: Saques de 2 de maio a 31 de julho

Nascidos em junho: Saques de 3 de junho a 30 de agosto

Nascidos em julho: Saques de 1º de julho a 30 de setembro

Nascidos em agosto: Saques de 1º de agosto a 31 de outubro

Nascidos em setembro: Saques de 2 de setembro a 30 de novembro

Nascidos em outubro: Saques de 1º de outubro a 29 de dezembro

Nascidos em novembro: Saques de 1º de novembro a 31 de janeiro de 2025

Nascidos em dezembro: Saques de 2 de dezembro a 28 de fevereiro de 2025

## VEJA OS VALORES QUE PODEM SER SACADOS

A quantia disponível para retirada depende do saldo em cada

conta do **FGTS**. Para valores até R\$ 500, o trabalhador pode sacar

50% do total. A partir daí, a porcentagem diminui, mas há uma

parcela fixa adicional que aumenta de acordo com o saldo.



Até R\$ 500: 50% + R\$ 0

De R\$ 500,01 até R\$ 1.000: 40% + R\$ 50

De R\$ 1.000,01 até R\$ 5.000: 30% + R\$ 150

De R\$ 5.000,01 até R\$ 10.000: 20% + R\$ 650

De R\$ 10.000,01 até R\$ 15.000: 15%+ R\$ 1.150

De R\$ 15.000,01 até R\$ 20.000: 10% + R\$ 1.900

Acima de R\$ 20.000,01: 5% + R\$ 2.900

**Site:** [https://acervo.maven.com.br/temp\\_site/issue-1a2ba93313d0d654d3974d09654b4559.pdf](https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-1a2ba93313d0d654d3974d09654b4559.pdf)

# Começa saque "aniversário" aos nascidos em janeiro

A Caixa Econômica Federal disponibilizou, nesta semana, o calendário do **saque-aniversário** do **FGTS** (Fundo de Garantia do Trabalhador Social) de 2024. Nascidos em janeiro já podem fazer o resgate desde o dia 2.

A modalidade, em vigor desde 2020, permite que o trabalhador saque, anualmente, parte do saldo das contas ativas e inativas do **FGTS** no mês em que faz aniversário. Em contrapartida, ele não poderá sacar o valor depositado pela empresa caso seja demitido sem justa causa, tendo acesso apenas à multa rescisória.

A adesão é opcional e pode ser feita através do aplicativo e do site do **FGTS**, além de agências e internet banking da Caixa. Para quem quiser receber o dinheiro já neste ano, é preciso aderir à modalidade até o último dia do mês em que faz aniversário. Se o prazo for ultrapassado, o trabalhador só receberá a parcela no ano que vem.

Os valores para saque, por outro lado, ficam disponíveis até o último dia do segundo mês subsequente ao do aniversário. Caso não seja retirada, a quantia volta para a conta sem prejuízo ao trabalhador. Quem não optar pelo **saque-aniversário** permanece na modalidade padrão: o saque-rescisão.

Também é possível voltar a essa modalidade padrão, caso o trabalhador queira parar de receber o saque - aniversário. Mas há uma "quarentena": ao voltar para o saque-rescisão, ele fica dois anos sem poder sacar o saldo da conta do **FGTS**, mesmo em caso de demissão. (Folhapress)

**Site:** <https://opopular.com.br/digital/05-janeiro-2024/1o-caderno>

# Correção da tabela isentaria quase 14 milhões de IR

**Ana Paula Branco são paulo**

A correção da tabela do Imposto de Renda pela **inflação** isentaria mais de 13,7 milhões de contribuintes em 2025. O cálculo é Unafisco Nacional (**Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil), considerando a projeção do IPCA de dezembro.

Desde 2015, a tabela está sem correção. Atualmente, quem ganha acima de R\$ 2.112 está sujeito à mordida do Leão. De acordo com os cálculos, se houvesse correção integral, ficariam isentos todos contribuintes com renda tributável de até R\$ 4.934,69. A defasagem é de 133,65%.

A estimativa é feita com previsão para o ano-calendário 2024, com rendas que serão declaradas em 2025.

Segundo levantamento da Unafisco, a diferença entre a arrecadação projetada, de R\$ 321 bilhões, e o montante que seria arrecadado obedecendo uma tabela corrigida (R\$ 116 bilhões) representaria renúncia fiscal de R\$ 204,43 bi.

O presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT) sancionou em agosto de 2023 a legislação que ampliou a faixa de isenção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física. Até 1º de maio daquele ano, estavam liberadas da declaração as rendas de até R\$ 1.903,98.

Agora, a isenção pode chegar a R\$ 2.640 mensais se o desconto simplificado ao mês, criado pela legislação aprovada em maio de 2023, for maior que as deduções mensais permitidas.

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50513>**

# FGTS: veja o calendário do saque-aniversário

A Caixa Econômica Federal liberou o calendário de saque-aniversário do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) de 2024, de acordo com o mês de aniversário do trabalhador. Essa modalidade permite ao cotista retirar, anualmente, uma parte do saldo de sua conta ativa ou inativa.

Para fazer o saque, é preciso aderir à modalidade no aplicativo do **FGTS**, disponível para smartphones e tablets dos sistemas Android e iOS. O processo também pode ser feito nas agências da Caixa Econômica Federal.

Se quiser receber o dinheiro no mesmo ano, o trabalhador deverá optar pelo **saque-aniversário** até o último dia do mês de seu nascimento. Caso contrário, só receberá a partir do ano seguinte. A adesão só precisa ser feita uma única vez. Os valores ficam disponíveis para retirada até o último dia útil do segundo mês subsequente ao do aniversário. Caso não seja retirado no prazo, o dinheiro volta para a conta do **FGTS** em nome do trabalhador.

**RESTRIÇÃO** Ao optar por retirar uma parcela do **FGTS** a cada ano, via saque-aniversário, o trabalhador deixará de receber o valor total depositado pela empresa em sua conta vinculada em caso de demissão sem justa causa. Somente o recebimento da multa rescisória de 40% - paga pelo empregador - será permitido.

Vale lembrar, porém, que as demais possibilidades de saque do **FGTS** - como compra de imóveis, aposentadoria e doenças graves - não são afetadas pelo **saque-aniversário**.

O trabalhador também poderá desistir do **saque-aniversário** a qualquer momento e voltar à antiga modalidade, batizada de saque-rescisão. Mas, ao voltar para o saque tradicional, ele ficará dois anos sem poder retirar o saldo da conta no **FGTS**, mesmo em caso de demissão.

É uma espécie de quarentena.

Se for dispensado, receberá apenas a multa de 40%.

**COMO SACAR** A Caixa orienta o resgate pelo aplicativo **FGTS**. Nesse caso, o trabalhador pode programar a transferência do dinheiro para qualquer

conta em seu nome, independentemente do banco.

As retiradas também podem ser feitas nas casas lotéricas ou nos terminais de autoatendimento para quem tem senha do Cartão Cidadão, que também possibilita o saque nos correspondentes Caixa Aqu

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

# MP da reoneração será tema de encontro

## Edla Lula

O presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), deve aproveitar a presença de lideranças partidárias em Brasília na próxima semana para discutir a Medida Provisória 1.202/2023, que retoma a contribuição previdenciária sobre a folha de pagamentos para 17 setores da economia. Publicada no apagar das luzes de 2023, a MP foi mal recebida por boa parte dos congressistas, por acreditarem que o governo estaria afrontando o parlamento, ao revogar lei que havia prorrogado a desoneração até 2027, inclusive no mesmo dia em que foi promulgada.

A reunião deve ocorrer na terça-feira (09/01), um dia após a cerimônia que marcará o primeiro ano dos ataques às instituições democráticas em 8 de janeiro de 2023. A consultoria legislativa do Senado prepara uma nota técnica que vai orientar a decisão de Pacheco entre acolher a MP ou devolvê-la sumariamente. Na última sexta-feira, quando tomou conhecimento da MP, o senador publicou em suas redes sociais que fará "uma análise apurada do teor da medida provisória" para verificar a sua constitucionalidade. Pacheco ressaltou que causou "estranheza" o fato de o governo desconstituir a decisão do Congresso Nacional sobre o tema.

Entretanto, parlamentares próximos a Pacheco, além de técnicos, afirmam que a tendência é de que ele rejeite a medida. Antes disso, porém, tentará convencer o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a retirar da MP o item que trata da reoneração da folha de pagamentos. "Seria muito ruim para o governo se o Congresso devolvesse a MP", disse ao Correio um parlamentar da base aliada.

Ao longo do ano passado, deputados e senadores aprovaram, a contragosto do governo, o Projeto de Lei que prorrogou até 2027 a desoneração da folha. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou integralmente o projeto, mas o Congresso derrubou o veto com ampla maioria. Ainda assim, o governo decidiu revogar a lei, a partir da publicação da Medida Provisória.

Articulação Apesar da dispersão provocada pelo recesso parlamentar, lideranças ligadas ao governo já iniciaram os trabalhos de convencimento para que a MP seja acolhida. "O governo tem sido cobrado pelo cumprimento da meta do déficit zero. Mas todo mundo também quer pagar menos **impostos**. A MP precisa ser discutida porque não se pode beneficiar 17 setores

e criar problemas para o resto da sociedade e os outros setores produtivos", afirma o vice-líder do governo, Carlos Zarattini (PT-SP).

O parlamentar, que está em São Paulo, disse que ainda não recebeu orientação do governo em relação à MP, mas pessoalmente acredita que é necessário discutir a Medida Provisória e trabalhar pelo convencimento de seus colegas sobre a sua importância. "Existe um número grande de indústrias que não foram beneficiadas com a desoneração e que vão continuar pagando 20% sobre a folha", pondera.

Ele salienta que as regras de tributação devem ser definidas para todos os setores. "Esses setores, que mais empregam, preferem recolher sobre o faturamento. Mas outros setores, que são menos intensivos em mão de obra, não irão aceitar se as regras mudarem", aponta. "Essa situação tem que ser resolvida. O que o governo está querendo agora é fazer uma transição, em que todos paguem na mesma condição", completa.

Zarattini reforça que a desoneração tem sido uma das causas da queda na arrecadação da Previdência. "Caso ela permaneça, vai ser necessário rediscutir o financiamento da **Previdência Social**, porque cortar mais do aposentado é difícil." Além da reoneração, a MP estabelece extinção gradativa do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), que beneficia o setor. Outro item, prevê um limite para compensação de crédito tributário a ser aplicado no caso de empresas com direito a créditos em valores a partir de R\$ 10 milhões.

-

## Entidades pedem devolução

Entidades que representam o setor produtivo no Brasil uniram-se para pressionar o governo a desistir da Medida Provisória 1.202/2023, que prevê a reoneração gradual da folha de pagamentos para 17 setores da economia. Do contrário, esperam que o Congresso devolva a MP, já que os parlamentares acabaram de aprovar a prorrogação da desoneração.

Em nota conjunta, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional do Transporte (CNT) dizem esperar "que o próprio governo reconsidere o envio da

MP 1.202. E, caso não seja esse o entendimento, que o presidente do Congresso Nacional possa devolver a MP".

As instituições dizem que receberam a MP com "surpresa e inconformismo". O empresariado argumenta que a reoneração aumenta os custos de empregar no Brasil e prejudica a competitividade do produto e do serviço brasileiros tanto no comércio internacional quanto no mercado interno. "A reoneração da folha de pagamentos aumenta o custo de empregar no Brasil e prejudica ainda mais a competitividade da indústria e do comércio, que já enfrentam concorrência desigual com as importações, em especial com o comércio eletrônico internacional, que não paga os mesmos **tributos** pagos pelo setor produtivo nacional. Uma situação que já nos impõe a necessidade de questionarmos judicialmente tal equívoco", aponta a nota.

"Além de equivocada do ponto de vista econômico, a MP 1.202 anula decisões recentes do Congresso Nacional, que por duas vezes em 2023 decidiu pela manutenção da desoneração da folha de pagamento, tendo sido derrubado o veto da Presidência da República, numa demonstração inequívoca da vontade política", observam os empresários.

Ao criticar a forma como o governo busca o equilíbrio fiscal, por meio do aumento de arrecadação apenas e não pela redução dos gastos, a nota diz que "o setor público precisa dar sua contribuição, reduzindo e tornando mais eficientes os seus gastos".

"Essa situação tem que ser resolvida. O que o governo está querendo agora é fazer uma transição, em que todos paguem na mesma condição" Carlos Zaratitni, vice-líder do governo no Congresso

# MP exclui 8 setores atendidos pela desoneração

**VICTORIA ABEL E RENAN MONTEIRO**  
*economia@oglobo.com.br* BRASÍLIA -

A proposta de reoneração gradual da folha de pagamento, apresentada pelo Ministério da Fazenda no fim de 2023, não cita ao menos oito dos 17 setores intensivos em mão de obra e que hoje estão contemplados pela desoneração da folha. O formato do texto abre brecha para que as empresas sejam novamente tributadas em 20% de contribuição previdenciária de uma vez só.

A medida provisória (MP) traz uma nova lista com 42 atividades econômicas, e não mais setores, sem citar expressamente call center, têxtil, confecção e vestuário, fabricação de veículos, máquinas e equipamentos, tecnologia da comunicação, projetos de circuitos integrados (componentes eletrônicos) e proteína animal.

- É um absurdo. Primeiro, a própria MP já é absurda, isso flerta com o autoritarismo.

Se o governo discorda, ele tem que ir para o STF (Supremo Tribunal Federal), e não colocar uma nova MP. Outro absurdo é nos deixar de fora, tirar um setor que está entre os maiores da balança comercial, com 500 mil trabalhadores de chão de fábrica. No final da cadeia produtiva, isso vai encarecer o preço da carne e do frango na mesa. Retiraram os setores sem justificativa, não estão fazendo propostas sérias - comentou Ricardo Santin, presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA).

A proposta do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entra em vigor em abril, porque havia necessidade de quarentena em função do aumento de **impostos**.

Por enquanto, a substituição da contribuição previdenciária pela tributação do faturamento das empresas segue válida. Com a desoneração, as empresas deixam de pagar 20% sobre a folha e pagam alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. Isso diminui os custos com contratações para os 17 setores, que são os responsáveis por gerar cerca de 9 milhões de empregos formais no país.

A Câmara e o Senado aprovaram a prorrogação da desoneração da folha até 2027. O presidente Lula rejeitou a proposta, mas o veto foi derrubado pelo

Congresso Nacional.

O projeto original de desoneração prevê uma lista mais ampla de segmentos beneficiados, mas técnicos da Fazenda afirmam que a legislação aprovada no Congresso seria "confusa" em relação à indicação dos setores.

Para definir a nova lista, a Secretaria de Política Econômica (SPE) fez um estudo verificando e priorizando as atividades que mais se aproveitavam do benefício da redução tributária, com base no faturamento declarado pelas empresas.

- Nosso setor enfrenta uma concorrência internacional brutal. Enfrentamos também uma concorrência não isonômica com as plataformas digitais. Não foi dada nenhuma explicação sobre a exclusão dos setores. Essa retirada causou espanto. Estamos no aguardo de uma resposta do governo. Isso conspira contra os ganhos de competitividade do setor - disse o diretor da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), Fernando Pimentel.

**DIVISÃO EM DOIS GRUPOS** Na proposta de reoneração gradual, a Fazenda fez uma classificação das atividades econômicas dividida em dois grupos. No primeiro, com 17 segmentos, está prevista uma alíquota de 10%. No segundo, com 25 atividades, o percentual sobe para 15%.

As alíquotas reduzidas não serão aplicadas na totalidade da folha de salário, mas apenas sobre a primeira faixa salarial, no valor correspondente a um salário mínimo. O valor superior ao mínimo será tributado em 20%, de acordo com o texto.

A MP prevê ainda um aumento gradativo dessas alíquotas reduzidas. Em 2024, o percentual será de 10% e 15% (a depender da atividade exercida), subindo anualmente até chegar a 17,05% e 18,75% no último ano de vigência, em 2027. A partir de 2028, todos voltariam a pagar 20% sobre todas as faixas salariais.

E, para entrar na nova regra, as empresas terão que cumprir uma contrapartida estabelecida pelo governo.

Na prática, manter a quantidade de empregados em número igual ou superior ao verificado em 1º de



janeiro de cada ano.

Segundo a Fazenda, a separação feita em dois grupos seguiu a chamada Classificação Nacional das Atividades Econômicas (Cnae).

"Outro absurdo é nos deixar de fora, tirar um setor que está entre os maiores da balança comercial, com 500 mil trabalhadores de chão de fábrica. No final da cadeia produtiva, isso vai encarecer o preço da carne e do frango" Ricardo Santin, presidente da ABPA

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Empresários criticam MP que reonera a folha

PROTESTO Entidades do setor produtivo emitiram uma nota nesta quinta-feira (4) em protesto contra a medida provisória editada pelo governo federal, que reonera a folha de pagamento de 17 setores da economia, limita o uso de créditos tributários e revisa o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). As entidades afirmam que as medidas anunciadas "aumentam o ônus tributário que recai sobre o setor produtivo, principal e fundamental gerador de riquezas e empregos que levam ao desenvolvimento econômico e social sustentável".

A nota é assinada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Confederação Nacional do Transporte (CNT).

O grupo afirma que a MP 1202 é "equivocada" pelo ponto de vista econômico e contraria uma "inequívoca" vontade política do Congresso Nacional, pois anula decisões tanto de manutenção da desoneração da folha de pagamento como de derrubada do veto da Presidência da República à medida.

"A reoneração da folha de pagamentos aumenta o custo de empregar no Brasil e prejudica ainda mais a competitividade da indústria e do comércio, que já enfrentam concorrência desigual com as importações, em especial com o comércio eletrônico internacional, que não paga os mesmos **tributos** pagos pelo setor produtivo nacional", diz o texto.

"O setor produtivo entende a importância de se buscar o ajuste das contas públicas para que a economia possa crescer de forma sustentada. No entanto, o que temos observado é o aumento das despesas do setor público e a busca do equilíbrio fiscal com o aumento contínuo da receita", diz a nota.

A nota termina com apelo para que o governo federal reconsidere o envio da MP.

**Site:**

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

# Reforma tributária pode impactar preços de alimentos e beneficiar famílias pobres

A **reforma tributária** promulgada em dezembro pelo Congresso Nacional aprovou a emenda 132 à Constituição, que unifica cinco **tributos** em um imposto sobre valor agregado (IVA), que isenta de taxa os alimentos que compõem a cesta básica.

Por cesta básica, entende-se os alimentos essenciais para o dia a dia de pessoas, de todos os níveis sociais, comprados no supermercado: arroz, feijão, carne, leite, pão, entre outros. Essa composição varia de acordo com a região do país.

Em declarações à Agência Senado, o especialista em economia e integrante do Instituto Fome Zero, Arnaldo de Campos, afirmou que o Brasil é um dos maiores produtores de alimentos do planeta, mas não garante o direito à alimentação a toda sua população. Segundo ele, quando os preços dos alimentos baixarem, a fome diminuirá significativamente.

De acordo com a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 33 milhões de brasileiro fazem no máximo uma refeição por dia. Cerca de 125 milhões de pessoas vivem em algum nível de insegurança alimentar, quase 60% da população nacional.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) aponta que as famílias mais ricas destinam 7,5% de sua renda na alimentação, já famílias de baixa renda, usam cerca de 25% do orçamento doméstico para alimentação.

Apesar da reforma incluir a cesta básica na Constituição, uma lei complementar ainda precisa ser elaborada e aprovada para definir a lista de alimentos que farão parte dos itens e cada estado poderá acrescentar produtos que entender necessário.

O post **Reforma tributária** pode impactar preços de alimentos e beneficiar famílias pobres apareceu primeiro em AlmaPreta.

**Site:** <https://www.terra.com.br/nos/reforma-tributaria-pode-impactar-precos-de-alimentos-e-beneficiar-familias-pobres,4a7eb035dd74925d65b6888b39523453m44jrc5a.html>

# Nove estados e o DF vão elevar a alíquota do ICMS em 2024

VINICIUS NEDER [vinicius.neder@oglobo.com.br](mailto:vinicius.neder@oglobo.com.br) -

Nove estados e o Distrito Federal começarão 2024 com aumentos no ICMS. São reajustes na alíquota padrão do principal tributo estadual, que precisam ser definidos em lei no ano anterior de sua vigência, e passarão a valer nos próximos meses, dependendo de quando foram aprovados nas assembleias legislativas de cada estado.

Conforme um levantamento do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), o número final de governos que aumentarão alíquotas ficou menor do que o indicado em novembro. Na ocasião, seis estados do Sul e do Sudeste anunciaram que fariam aumentos, se somando a outros cinco que vinham tomando decisões do tipo desde o início de 2023.

Em novembro, secretários de Fazenda do Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud) assinaram uma carta pública culpando a **Reforma Tributária**. A regra de repartição do futuro IBS - a parcela do Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) a ser dividida entre estados e municípios - justificaria os aumentos.

Nas versões finais da proposta de emenda à Constituição (PEC) que mudará o sistema de **tributos**, a repartição do IBS entre os governos levaria em conta a arrecadação média de 2024 a 2028. Ou seja, os governos que aumentassem a arrecadação a partir deste ano teriam mais chances de ter uma fatia maior.

Só que essa regra foi alterada na reta final de aprovação da reforma, dias antes do Natal.

Com isso, a maioria dos seis estados do Cosud que haviam anunciado aumentos recuou -com exceção do Rio e do Paraná.

No Rio, o ICMS padrão passou de 18% para 20%. No Paraná, de 19% para 19,5%.

NO RIO, LEI É DE DEZEMBRO A Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) aprovou o aumento no início de dezembro. A nova alíquota padrão de 20% começará a valer em abril e deverá acrescentar R\$ 1,4 bilhão na arrecadação estadual até o fim deste ano.

Segundo Luiz César Caetano, vice-presidente da

Firjan, a elevação do ICMS de forma isolada pelo Rio poderá tirar competitividade da economia local. Com os bens produzidos no Rio encarecendo, tenderá a ser mais vantajoso para os consumidores fluminenses comprarem de outros estados.

Assim como consumidores dos estados vizinhos poderão encontrar preços melhores em fornecedores de fora do Rio.

-Alguém interessado em implantar uma indústria no Rio leva em conta a tributação.

O aumento tira a competitividade e a viabilidade de investimentos - afirmou Caetano.

Para a Secretaria de Estado de Fazenda do Rio, apesar da mudança na regra de repartição na reta final de aprovação da PEC, "a arrecadação do ICMS segue sendo um critério para a partilha do IBS, de acordo com o texto da **Reforma Tributária** promulgado pelo Congresso Nacional". Conforme a redação final da PEC, uma lei complementar definirá as regras de repartição.

Além dos dez governos locais que terão um ICMS mais alto em 2024, 12 estados já haviam elevado as alíquotas ano passado, após aprovarem leis em 2022 - Bahia, Maranhão e Paraná efetuaram aumentos nos dois anos, em 2023 e 2024, mostra o monitoramento do Comsefaz.

Segundo a tributarista Fernanda Ramos Pazello, sócia do TozziniFreire Advogados, pela Constituição, um tributo não pode ser elevado de repente.

No caso do ICMS, o aumento tem que ser aprovado em lei no ano anterior do início da cobrança e respeitar um prazo de 90 dias. Ou seja, apenas os estados que promulgaram a lei até 30 de setembro começaram a cobrança no primeiro dia do ano.

De acordo com o diretor institucional do Comsefaz, André Horta, os aumentos que se seguem desde a passagem de 2022 para 2023 são uma reação às medidas adotadas pelo governo federal no último ano da gestão Jair Bolsonaro.

Em meio à escalada dos preços internacionais do petróleo e à campanha eleitoral, leis federais limitaram

o ICMS sobre combustíveis, aconta de luz e serviços de telecomunicação.

R\$ 109 BILHÕES POR ANO OComsefaz estimou que as limitações de 2022 tiram, todos os anos, R\$ 109 bilhões de receita dos orçamentos de prefeituras e governos estaduais.

A entidade também fez um estudo indicando para quanto cada estado precisaria elevar sua alíquota padrão de ICMS, de forma a compensar a perda com a tributação sobre os itens objeto dos limites.

Segundo Horta, mesmo com as elevações desde o ano passado, poucos estados atingiram os níveis necessários para a recomposição: -Os demais que alteraram a alíquota modal não vão recompor.

E quem não fez nada, recomporá menos ainda. Precisamos ver como o federalismo vai caminhar com isso.

Caetano, da Firjan, criticou o fato de que os governos estaduais falam em recomposição de receitas, mas, nunca, de corte de despesas: - Em momento algum se falou que poderíamos reduzir alguma despesa. Sempre é possível. Talvez o aumento (do ICMS) não precisasse ser tão grande se houvesse alguma redução de despesa.

-

Acre Alagoas Amazonas Amapá Bahia Ceará Distrito Federal Espírito Santo Goiás Maranhão Minas Gerais Mato Grosso do Sul Mato Grosso Pará Paraíba Pernambuco Piauí Paraná Rio de Janeiro Rio Grande do Norte Rondônia Roraima Rio Grande do Sul Santa Catarina Sergipe São Paulo Tocantins 19% 19% 20% 18% 19% 18% 18% 17% 17% 20% 18% 17% 17% 19% 18% 18% 21% 19% 18% 20% 17,5% 20% 17% 17% 22% 18% 20%

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Hora de pagar os impostos

**Arthur de Souza**

O planejamento financeiro é uma das preocupações no ano que se inicia e os **impostos** estão entre os principais compromissos. Para o mês que vem, o contribuinte deve preparar o bolso para o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Em maio, é a vez do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). Nos dois casos, quem decidir quitar a dívida à vista, tem desconto de 10%, desde que não haja débitos em relação a anos anteriores. Além disso, começou ontem o período de indicação dos créditos do Nota Legal, para abatimento em ambos os **tributos**.

Calendário de pagamento IPVA/IPTU 2024 no DF (foto: Reprodução) Em relação ao IPVA, o pagamento à vista ou da primeira parcela, para quem quiser dividir o total, vence entre 19 e 23 de fevereiro. Se o contribuinte optar pelo parcelamento, o máximo é em até seis vezes, com valores iguais, que não podem ser inferiores a R\$ 50 cada. Sendo assim, se o IPVA for menos de R\$ 100, só poderá ser pago em cota única. A ordem de datas para recolhimento do imposto é estipulada com base no fim da placa. Especialista dá dicas de como organizar as despesas no começo do ano. IPVA 2024: saiba quanto você vai pagar de imposto por veículo. Ano começa com aumento de **tributos** federais; entenda o que sobe. A estimativa do Governo do Distrito Federal (GDF) é reduzir o valor do imposto em 4,32%, para os automóveis, enquanto para caminhões, a previsão é de aumento de 0,8%. O IPVA é cobrado para veículos fabricados de 1994 em diante. A frota da capital é de 1.790.491 mil unidades, das quais 1.750.211 foram tributadas em 2023.

O IPTU também pode ser dividido em seis vezes ou ser pago em cota única. Nesse caso, o vencimento das parcelas começa em 13 de maio e segue de acordo com o número da inscrição do imóvel. O reajuste do imposto acompanha o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), de 3,62%. No mesmo boleto, entra a cobrança da Taxa de Limpeza Pública (TLP).

A previsão de arrecadação com os dois **tributos**, de acordo com o GDF, é de R\$ 3,2 bilhões, ? R\$ 1,7 bilhão do IPVA e R\$ 1,4 bilhão do IPTU ?, sendo que, nesta última estimativa, está incluída a previsão de inadimplência, de 18%, e descontos pelos pagamentos em cota única. Nota Legal De acordo com a Secretaria de Fazenda (Sefaz-DF), o período de indicação dos créditos do Programa Nota Legal para abatimento do

IPTU/IPVA começou ontem e vai até 31 de janeiro. Para isso, o contribuinte deve acessar a área restrita do portal notalegal.df.gov.br, onde também é possível consultar o saldo de créditos.

O contribuinte pode escolher receber os créditos do Nota Legal em dinheiro, mas a opção de resgate só estará disponível a partir de 1º de junho. Em 2023, o GDF pagou R\$ 20,6 milhões para pouco mais de 90 mil contribuintes que fizeram essa indicação.

# Tempo de espera menor no INSS

» **HENRIQUE LESSA**

Apesar das promessas de reduzir a fila do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), garantindo chegar ao limite legal de 45 dias - que é o tempo máximo entre o pedido e a resposta da Previdência para qualquer segurado - o ministro da Previdência, Carlos Lupi, ainda não conseguiu alcançar a meta. Mas, segundo o presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto, os dados de outubro e novembro, que serão divulgados hoje, mostram uma melhora no tempo de espera.

De acordo com os dados que devem ser divulgados hoje, aos quais o Correio teve acesso antecipado, o tempo de espera que estava em 64 dias em setembro - último dado disponível até hoje-, caiu para 57 dias em outubro, 55 dias em novembro e deve chegar a 49 dias em dezembro.

Já a fila de pessoas aguardando por uma resposta do órgão, que estava em cerca 1,6 milhão em setembro, permaneceu praticamente igual.

Stefanutto lembra que esses dados não descontam o tempo usado pelos segurados para o cumprimento de exigências, e diz que se calculado o tempo líquido do **INSS**, os dados são melhores, caindo a média para 54 dias em outubro e 53 em novembro.

O presidente da autarquia pontua que o objetivo do órgão é levar a média para todos e reconhece que ainda tem segurados recebendo em um prazo muito maior do que o tempo médio.

"A lei quando fala em 45 dias é para todos, a média é ponderada, ela é um cálculo científico, o desafio é colocar todos dentro da média.

Mas a média é ruim, porque ela pega gente no Sul do país que espera 10 dias, e gente do Nordeste que ainda espera muito mais", ponderou Stefanutto.

Para ele é fundamental cumprir a lei que determina o limite máximo de tempo para todos os segurados. "Nós temos clareza que nós temos que chegar a 45 dias em todo o Brasil, o brasileiro do Sul tem que ser atendido no mesmo prazo de um brasileiro do Amazonas", aponta.

Ele pondera que mais importante do que o número de pessoas na fila é o tempo de resolução dos processos e aponta que os ganhos na agilidade, apesar do

crescimento de pedidos, estão acontecendo com utilização do AtesteMed - um sistema em que invés do segurado se submeter à perícia médica ele envia um atestado do seu médico para autorizar benefícios como o auxílio-doença. Stefanutto aposta em ainda mais agilidade no sistema esse mês com a utilização de inteligência artificial.

"Agora em 15 de janeiro nós vamos fazer o primeiro teste de larga escala com a inteligência artificial, isso vai possibilitar ainda mais agilidade para o Ateste-Med. Eu vou ver se um médico do Amazonas está dando atestado em São Paulo. Isso vai resolver o temor de que usar atestados médicos seria inseguro, como atestados feitos no Photoshop. Essa ferramenta de inteligência artificial vai verificar tudo, do documento, a comportamentos e até fraudes", destaca o presidente.

Nos últimos dias o ministro Lupi vem sendo muito questionado sobre a promessa de, até o fim de 2023, reduzir a fila do **INSS**. Também é alvo de críticas em razão da falta de divulgação dos dados que indicam o tempo de espera dos segurados. O próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva falou na campanha e na posse, que iria acabar com a espera, chegando a dizer que a fila do **INSS** era "vergonhosa".

Cobrado sobre sua promessa de reduzir a espera para 45 dias até o fim do ano passado, agora Lupi fala que a fila é interminável, mas garantiu que quando os dados saírem, os números mostrarão que ele chegou na meta.

Pressionado, o ministro resolveu dobrar a aposta prometendo que em 2024 vai reduzir mais ainda a fila de espera e chegar ao prazo de apenas 30 dias. Stefanutto mostra confiança em alcançar a nova meta e diz que a contratação de mais funcionários, o uso da inteligência artificial e a adoção obrigatória do AtesteMed vai garantir isso.

"A lei quando fala em 45 dias é para todos, a média é ponderada, ela é um cálculo científico, o desafio é colocar todos dentro da média. Mas a média é ruim, porque ela pega gente no Sul do país que espera 10 dias, e gente do Nordeste que ainda espera muito mais" Alessandro Stefanutto, presidente do **INSS**



## A fila que não acaba (Editorial)

Durante cerimônia de abertura do curso de formação de servidores do **INSS**, na última quarta-feira, o ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, declarou que a fila do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) nunca vai acabar. Ainda assim, celebrou a redução do tempo médio de espera pela análise de pedidos de benefícios, que caiu de quase cem dias no início do ano passado para 45 dias no final.

A meta, agora, é uma redução para 30 dias até a virada de 2024.

Embora o próprio ministro e o presidente Lula tenham assumido seus mandatos prometendo acabar com a fila do **INSS**, tudo indica que o governo já caiu na realidade representada por cerca de 900 mil novos pedidos de benefício a cada mês, o que praticamente inviabiliza a agilidade prometida. Além disso, o acelerado envelhecimento populacional no Brasil aponta para uma procura maior por aposentadorias e para a inevitável elevação dos gastos previdenciários.

Ainda que se deva reconhecer o esforço das últimas administrações para desburocratizar processos e combater fraudes, torna-se evidente que mais importante do que reduzir a fila é garantir a sustentabilidade do sistema, que está cada vez mais ameaçada. Segundo estimativa da Secretaria do Regime Geral de Previdência do próprio ministério, o déficit do instituto deve mais do que dobrar até 2060 e quadruplicar até 2100. De acordo com a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024, o rombo previdenciário previsto para este ano é de R\$ 276,9 bilhões, o equivalente a 2,6% do Produto Interno Bruto.

Esses números e os prognósticos dos especialistas apontam para a necessidade cada vez mais inadiável de uma nova reforma previdenciária que corrija pontos negligenciados na última mudança, ocorrida em 2019, no primeiro ano do governo Jair Bolsonaro. Entre as principais mudanças, foi instituída como idade mínima de aposentadoria 62 anos para mulheres e 65 anos para homens. Também foi definido um tempo mínimo de contribuição de 15 anos para mulheres e 20 anos para homens. Foi criado, ainda, um sistema de pontos na regra de transição, conjugando tempo mínimo de contribuição e idade, além de mudanças no cálculo para a obtenção do benefício integral. Aí mudanças ajudaram a reduzir o crescimento do déficit, mas já começam a perder efeito diante do acelerado aumento de expectativa de vida da população.

É quase um consenso entre analistas de assuntos previdenciários que o aumento do contingente de idosos e as mudanças do mercado de trabalho, com mais gente buscando benefícios e menos pessoas contribuindo, exigem nova reforma o mais brevemente possível. Também acrescentam que nesta reforma devem ser reavaliados itens que ficaram fora da mudança anterior, como igualdade da idade mínima de aposentadorias para homens e mulheres, mudanças na aposentadoria rural e nas regras do Benefício de Prestação Continuada (BPC), além de novo aumento na idade mínima de aposentadoria para ambos os gêneros. Resta saber se o atual governo terá coragem de enfrentar o desgaste político de mexer na delicada questão da sustentabilidade, em vez de ficar se preocupando unicamente com a fila que não acaba.

**Site:** <https://flippponeiro.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/pio/>

# Dados mostram que tempo de espera na fila do INSS reduziu em dezembro

Fernanda Strickland

+

Apesar das promessas de reduzir a fila do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), garantindo chegar ao limite legal de 45 dias - que é o tempo máximo entre o pedido e a resposta da Previdência para qualquer segurado - o ministro da Previdência, Carlos Lupi, ainda não conseguiu alcançar a meta. Mas, segundo o presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto, os dados de outubro e novembro, que serão divulgados hoje, mostram uma melhora no tempo de espera.

De acordo com os dados que devem ser divulgados hoje, aos quais o Correio teve acesso antecipado, o tempo de espera que estava em 64 dias em setembro - último dado disponível até hoje-, caiu para 57 dias em outubro, 55 dias em novembro e deve chegar a 49 dias em dezembro. Já a fila de pessoas aguardando por uma resposta do órgão, que estava em cerca 1,6 milhão em setembro, permaneceu praticamente igual.

Stefanutto lembra que esses dados não descontam o tempo usado pelos segurados para o cumprimento de exigências, e diz que se calculado o tempo líquido do **INSS**, os dados são melhores, caindo a média para 54 dias em outubro e 53 em novembro.

O presidente da autarquia pontua que o objetivo do órgão é levar a média para todos e reconhece que ainda tem segurados recebendo em um prazo muito maior do que o tempo médio.

"A lei quando fala em 45 dias é para todos, a média é ponderada, ela é um cálculo científico, o desafio é colocar todos dentro da média. Mas a média é ruim, porque ela pega gente no Sul do país que espera 10 dias, e gente do Nordeste que ainda espera muito mais", ponderou Stefanutto.

Para ele é fundamental cumprir a lei que determina o limite máximo de tempo para todos os segurados. "Nós temos clareza que nós temos que chegar a 45 dias em todo o Brasil, o brasileiro do Sul tem que ser atendido no mesmo prazo de um brasileiro do Amazonas", aponta.

Ele pondera que mais importante do que o número de pessoas na fila é o tempo de resolução dos processos e aponta que os ganhos na agilidade, apesar do

crescimento de pedidos, estão acontecendo com utilização do AtesteMed - um sistema em que invés do segurado se submeter à perícia médica ele envia um atestado do seu médico para autorizar benefícios como o auxílio-doença. Stefanutto aposta em ainda mais agilidade no sistema esse mês com a utilização de inteligência artificial.

"Agora em 15 de janeiro nós vamos fazer o primeiro teste de larga escala com a inteligência artificial, isso vai possibilitar ainda mais agilidade para o AtesteMed. Eu vou ver se um médico do Amazonas está dando atestado em São Paulo. Isso vai resolver o temor de que usar atestados médicos seria inseguro, como atestados feitos no Photoshop. Essa ferramenta de inteligência artificial vai verificar tudo, do documento, a comportamentos e até fraudes", destaca o presidente.

Nos últimos dias o ministro Lupi vem sendo muito questionado sobre a promessa de, até o fim de 2023, reduzir a fila do **INSS**. Também é alvo de críticas em razão da falta de divulgação dos dados que indicam o tempo de espera dos segurados. O próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva falou na campanha e na posse, que iria acabar com a espera, chegando a dizer que a fila do **INSS** era "vergonhosa".

Cobrado sobre sua promessa de reduzir a espera para 45 dias até o fim do ano passado, agora Lupi fala que a fila é interminável, mas garantiu que quando os dados saírem, os números mostrarão que ele chegou na meta. Pressionado, o ministro resolveu dobrar a aposta prometendo que em 2024 vai reduzir mais ainda a fila de espera e chegar ao prazo de apenas 30 dias. Stefanutto mostra confiança em alcançar a nova meta e diz que a contratação de mais funcionários, o uso da inteligência artificial e a adoção obrigatória do AtesteMed vai garantir isso.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br)

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2024/01/6780609-dados-mostram-que-tempo-de-espera-na-fila-do-inss-reduziu-em-dezembro.html>

# Contribuições complementares ao INSS

A resposta é depende. Em geral, é possível fazer a contribuição complementar na modalidade individual, quando há o desenvolvimento de atividade concomitante, ou seja, o trabalhador exerce atividade concomitante sendo empregado e atuando como autônomo.

Segundo a advogada Mariângela Albuquerque, sendo feita a contribuição como individual, os recolhimentos serão somados para fins de cálculo do benefício e assim poderá haver um aumento do valor do benefício. A especialista ressalta que as contribuições devem ser limitadas ao teto.

É importante destacar que não é possível fazer contribuições na modalidade facultativa enquanto o contrato de trabalho estiver ativo, sob pena do período contribuído não ter validade para nenhum fim.

A cautela na realização dessas contribuições e o entendimento claro das regras são essenciais para garantir que os pagamentos adicionais contribuam de fato para o benefício previdenciário futuro, evitando qualquer invalidação ou prejuízo aos direitos previdenciários já conquistados, salienta o advogado Átila Nunes do serviço [www.reclamaradianta.com.br](http://www.reclamaradianta.com.br). O atendimento é gratuito pelo e-mail jurídico [@reclamaradiantacom.br](mailto:@reclamaradiantacom.br) ou pelo WhatsApp (21) 99328-9328.

**Site:** <https://flip.odia.com.br/>

# Contribuição do autônomo ao INSS muda em 2024

Contribuintes do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) devem preparar o bolso para um recolhimento maior à **Previdência Social**. Com a virada do ano, os valores de contribuição mudam. O valor para ter direito a benefícios como aposentadoria, auxílio-doença e pensão por morte depende da categoria de cada um.

O pagamento de contribuição ao **INSS** dos contribuintes individuais, facultativos e donas de casa de baixa renda sobre um salário mínimo segue o novo piso nacional, de R\$ 1.412.

A alíquota do **INSS** pode ser de 5%, 11% ou 20%. Autônomos que contribuem com 20% sobre o mínimo têm direito de se aposentar por idade ou tempo de contribuição. Já os trabalhadores que pagam o plano simplificado, de 11%, só conseguem a aposentadoria por idade.

Para donas de casa de baixa renda, o valor da contribuição vai de R\$ 66 para R\$ 70,60 equivalente a 5% do piso nacional. Neste caso, a contribuição dá acesso também apenas à aposentadoria por idade.

Já os autônomos donos de empresa devem pagar a contribuição ao **INSS** no dia 20 de cada mês sobre 20% e, neste caso, também haverá mudança do valor, que será de R\$ 282,40 a partir de fevereiro.

Os profissionais que têm registro MEI pagam valores diferentes, de acordo com a atividade exercida. A base do MEI é 5% sobre o mínimo, o que dá R\$ 70,60 em 2024, mas há o adicional conforme a atividade.

**Site:** [https://acervo.maven.com.br/temp\\_site/issue-1a2ba93313d0d654d3974d09654b4559.pdf](https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-1a2ba93313d0d654d3974d09654b4559.pdf)

# Supremo terá que julgar quatro pontos importantes da reforma trabalhista

**Adriana Aguiar**

Somente seis das 39 ações judiciais movidas contra a reforma trabalhista ficaram para o Supremo Tribunal Federal (STF) julgar este ano. A conclusão é de balanço realizado pela Advocacia Maciel, a pedido do Valor. Embora os ministros tenham validado pontos importantes da Lei nº 13.467, de 2017, ainda restam questões polêmicas.

Essas seis ações discutem quatro assuntos. O principal estabelecerá se é constitucional o contrato de trabalho intermitente, criado pela reforma e adotado para serviços esporádicos (ADI 5826, ADI 6158 e ADI 5829). Outro ponto relevante trata dos critérios para o direito ao benefício da justiça gratuita nos tribunais trabalhistas (ADC 80).

Os ministros ainda terão que decidir se a exigência de indicação do valor do pedido na reclamação trabalhista é constitucional (ADI 6002).

E devem analisar a negociação em demissões coletivas com sindicatos, após a reforma (ADI 6142).

Sobre o contrato de trabalho intermitente, a legislação só autoriza essa modalidade para serviços com alternância de períodos de prestação de serviço e de inatividade.

O funcionário recebe pelo período efetivamente trabalhado, quando convocado pelo empregador - que pode ser mais de um. Direitos trabalhistas, como férias e 13º salário, são pagos de forma proporcional, assim como o FGTS.

Em 2022, 276,5 mil trabalhadores foram contratados por meio dessa modalidade, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

O STF começou a analisar esse tipo de contrato em dezembro de 2020, no plenário. Em novembro de 2022, a discussão foi transferida ao Plenário Virtual e, agora, voltará ao físico, por pedido de destaque do ministro André Mendonça.

Entidades que assessoram trabalhadores alegam que, embora o trabalho intermitente tenha sido criado sob o pretexto de ampliar vagas, leva a salários menores e impede a subsistência de trabalhadores. Violaria os

princípios da dignidade da pessoa humana e da isonomia.

Nesse vaivém, quatro ministros já se manifestaram. Dois pela inconstitucionalidade e outros dois pela constitucionalidade.

Para o relator, ministro Edson Fachin, o contrato de trabalho intermitente "não protege" suficientemente os direitos fundamentais sociais trabalhistas porque não há fixação de horas mínimas de trabalho e de rendimentos mínimos. A ministra aposentada Rosa Weber seguiu o entendimento.

Nunes Marques, por sua vez, defendeu que o STF deve olhar para a realidade do mercado de trabalho para não prejudicar o próprio trabalhador, ao desejar protegê-lo de forma exagerada. O ministro Alexandre de Moraes o acompanhou.

De acordo com o advogado Bruno Maciel, do Advocacia Maciel, apesar de polêmica, essa modalidade de trabalho é benéfica para setores que precisam de trabalhadores conforme a demanda, como hotelaria, turismo e restaurantes, além de tirar pessoas da informalidade.

A advogada Mayra Palópoli, do Palópoli Albrecht Advogados, destaca que já existe decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) favorável ao uso dessa modalidade, desde que preenchidos os requisitos legais.

"Orientamos que é essencial a alternância de períodos de trabalho e de inatividade, não pode haver a inatividade prolongada sem justificativa, sob pena de nulidade", diz.

Segundo o advogado que assessorou trabalhadores José Eymard Loguercio, do LBS Advogados, contudo, essa modalidade não gerou grande incremento de contratação.

"Um dos motivos é que a cesta de possibilidades de contratação prevê tipos ainda mais precários, como o autônomo exclusivo, os contratos de falsas pessoas jurídicas, a contratação mediante aplicativos e outras formas que ficaram na margem do contrato de emprego." Para Loguercio, o grande desafio para o STF em 2024 está em como enfrentar essas formas

de contratação, que ficam à margem da proteção trabalhista e colocam em risco a saúde individual, pela ausência, por exemplo, de limites de jornada, de salário certo, de pagamento de benefícios como seguro saúde, e também a saúde pública - com impacto previdenciário e tributário.

"Essas novas formas desarticulam a relação de emprego formal ante a ausência de formas intermediárias entre o trabalho assalariado típico e o autônomo", diz o especialista.

Quanto ao benefício da justiça gratuita da Justiça do Trabalho, o STF decidirá se somente poderá ser concedido quando efetivamente comprovada a insuficiência de recursos, como prevê a lei da reforma trabalhista.

A norma ainda limita o benefício àqueles que receberam salário igual ou inferior a 40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de **Previdência Social** (hoje R\$ 3 mil), conforme os parágrafos 3º e 4º do artigo 790 da CLT.

A ação sobre o tema foi ajuizada pela Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif). Segundo a entidade, decisões têm afastado a previsão da reforma trabalhista.

Aplicamos o Código de Processo Civil e a Súmula nº 463 do TST, que exige, para a concessão do benefício, apenas a declaração de hipossuficiência econômica. O processo foi distribuído ao ministro Edson Fachin, mas o julgamento não começou.

De acordo com o advogado Antonio Carlos Aguiar, do Peixoto Cury Advogados, a Justiça do Trabalho tem aceitado, na maioria das vezes, a mera declaração, e essa deve ser a tendência do STF. "A ideia desse artigo é de inibir o número de ações, mas a Constituição garante o acesso a todos à Justiça do Trabalho", diz.

Ele lembra ainda que declarações falsas podem levar à condenação por má-fé na Justiça do Trabalho.

Mayra Palópoli aponta que a Justiça do Trabalho tem aceitado essa declaração mesmo em casos de pessoas com salários elevados.

"A consequência é o aumento desenfreado de processos. A isenção beneficia um indivíduo, mas prejudica a toda a coletividade." Sobre a exigência de indicação de valores para os pedidos em reclamação trabalhista, de acordo com Mayra, o TST entende que devem ser meras estimativas. Ainda existem divergências em segunda instância, mas a maioria acompanha o TST.

Para Mayra, a não aplicação da reforma é um retrocesso. "É essencial que os valores sejam liquidados desde o início, para adequar o rito processual correto e para que as partes entendam os valores em litígio", diz.

Antonio Carlos Aguiar entende, porém, que essa exigência traz uma dificuldade prática em como calcular de forma correta os valores de todos os pedidos.

Outro ponto a ser analisado é o que trata da negociação em demissões coletivas com sindicatos. Está sendo discutido em ação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) contra o artigo 477-A da CLT. O dispositivo impõe não ser mais obrigatória a autorização prévia de entidade sindical para efetivação de dispensas imotivadas individuais, plúrimas ou coletivas, e faculta ao trabalhador ser assistido pelo advogado do sindicato.

Sob relatoria do ministro Fachin, o caso não começou a ser julgado.

De acordo com advogados, deve servir como baliza um julgamento anterior à reforma sobre discussão semelhante (RE 999435). Ao analisar a demissão coletiva de cerca de 4 mil funcionários da Embraer, em 2009, o Supremo decidiu que as empresas estão obrigadas a negociar demissões em massa com sindicatos.

Caso não haja acordo, estarão liberadas para dispensar seus empregados.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>



# Juros nos EUA e reformas prometem renovar interesse externo na Bolsa

**MARIA REGINA SILVA CAROLINE ARAGAKI**

A entrada de capital externo na Bolsa de Valores do Brasil deve continuar neste ano, refletindo as expectativas de início da redução dos juros nos Estados Unidos e de continuidade do avanço da pauta econômica do governo. A percepção de que nesse ambiente as empresas podem reportar balanços melhores, com margens menos comprimidas, contribuiu para o movimento. Além disso, há a previsão de novos IPOs (oferta inicial de ações, na sigla em inglês) na B3, o que deve atrair novos investidores.

No ano passado, a entrada de capital externo alcançou R\$ 44,853 bilhões, segundo maior valor registrado desde o início da série histórica de 2004. Em 2022, o montante foi de R\$ 100,824 bilhões. Para este ano, a cifra deve ser positiva novamente, segundo analistas ouvidos pelo Estadão/Broadcast.

"Nossa tese principal é de que haverá fluxo de recursos estrangeiros para a Bolsa em 2024", afirma Wesley Bernabé, do BB Investimentos (BB-BI).

A entrada de capital externo na B3 ganhou força em novembro, com a leitura dos mercados de fim do ciclo de alta de juros nos Estados Unidos. Em dezembro, após a manutenção das taxas na faixa entre 5,25% e 5,50%, o presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), Jerome Powell, disse que houve discussões preliminares sobre a possibilidade de redução de juros.

O economista-chefe do BV, Roberto Padovani, diz acreditar que o cenário internacional ajudará a compensar efeitos de eventuais novos ruídos internos no mercado. Segundo Padovani, um quadro de corte rápido dos juros nos EUA, que por sua vez tende a instigar outros bancos centrais a reduzirem suas taxas também, é fundamental para estimular ativos de países emergentes, como o Brasil.

CAUTELA. Focado no ritmo das economias de EUA e China, tema de 2023, Jansen Costa, sócio-fundador da Fatorial Investimentos, se diz "cautelosamente otimista" em relação à entrada de capital externo na B3. Por exemplo, as ações das empresas exportadoras poderiam sofrer em caso de esfriamento forte da atividade no exterior.

Há sinais de arrefecimento da economia chinesa, mas o profissional descarta uma desaceleração abrupta.

No cenário interno, o mercado avaliou como positiva a aprovação da **reforma tributária**.

No fim de dezembro, a agência de classificação de risco S P elevou o rating de escala de longo prazo do Brasil de BB- para BB, e manteve a perspectiva estável, dizendo que a proposta marca um progresso na questão fiscal nacional. Agora, o País está a dois degraus do grau de investimento.

O estrategista-chefe da Monte Bravo, Alexandre Mathias, avalia que, antes da tributária, a aprovação do arcabouço fiscal pelo Legislativo no final de agosto de 2023 já foi um dos principais fatores positivos do Brasil. "O arcabouço é importante para ter certo equilíbrio das contas públicas", diz.

Apesar de ruídos políticos recentes, que têm gerado instabilidade na relação entre o Congresso e o governo, Mathias diz acreditar que as rusgas tendem a ser passageiras.

Na visão do estrategista, os agentes do mercado e os investidores tendem a focar mais na evolução da economia. "Claro que o principal risco é o fiscal, mas não vejo nada com muito potencial de atrapalhar as perspectivas positivas." Para o profissional da Monte Bravo, o fato de a **inflação** estar sob controle e o sinal de que o Banco Central continuará a cortar a Selic no ritmo de 0,50 ponto porcentual são os fatores que importam.

O QUE RESTA. Analistas e gestores de recursos avaliam agora o quanto o índice de referência brasileiro, alavancado desde novembro passado, ainda antes do novo sinal do Fed, por ingresso de recursos estrangeiros, pode subir.

"O BC (Banco Central) brasileiro manteve a perspectiva para o ritmo de cortes da Selic, o que não deixa de ser uma boa notícia, na medida em que é mantido um nível de juros real ainda muito atrativo para o investidor estrangeiro. E a B3 depende desse fluxo, que tem melhorado", diz o gestor de renda variável da Western Asset, Cesar Mikail.

Para ele, mais do que as idas e vindas em torno das



contas públicas brasileiras - e se o governo conseguirá, de fato, atingir a meta de déficit zero para o próximo ano -, a manutenção do apetite por ações na virada de 2023 para 2024 dependerá do fluxo de notícias sobre a economia americana.

Cenário A entrada de capital externo na B3 ganhou força em novembro, com projeção de queda de juros nos EUA

#### Recursos

R\$ 44,8 bi foi o valor aportado pelos investidores estrangeiros na B3, a Bolsa de Valores do País, no ano passado. O montante foi o segundo maior da série histórica, que começou em 2004

R\$ 38,5 bi foi o total de capital externo investido na Bolsa brasileira em novembro e dezembro

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Resgates de fundos em 2023 chegam a R\$ 128 bi

**Adriana Cotias e Liane Thedim**

O ano de 2023 terminou com uma grande rasteira para o setor de fundos de investimentos e 2024 não promete vida fácil para os gestores.

Entre captações e resgates, R\$ 194,1 bilhões deixaram as carteiras líquidas até 29 de dezembro, sendo 69,2% (ou R\$ 134,3 bilhões) dos multimercados. Os dados são da Anbima, que representa o mercado de capitais e de investimentos.

Os fundos de renda fixa tiveram saques de R\$ 59,8 bilhões, e os de ações, R\$ 17,0 bilhões.

Considerando-se o dinheiro que entrou e saiu dos estruturados - fundos de recebíveis de crédito (FIDC) e de participações em empresas (FIP), os resgates líquidos da indústria como um todo chegaram a R\$ 127,9 bilhões.

Os números finais ainda podem ter alguma revisão, mas 2023, em termos de fluxo, mostra o pior desempenho dos multimercados desde o início da série histórica da Anbima, em 2006. E emplaca o segundo ano consecutivo de saques bilionários do setor de gestão de recursos de terceiros - em 2022, as saídas líquidas foram de R\$ 129,2 bilhões. Entre um ano e outro, o patrimônio foi de R\$ 7,5 trilhões para R\$ 8,3 trilhões.

A fuga para títulos bancários e de dívida corporativa com isenção tributária para a pessoa física explica parte da história. Com a Selic em dois dígitos - a média do ano ficou em 13,04% - não havia muita razão para o investidor ficar à mercê de um diagnóstico de cenário que se convertesse em retorno para os multimercados. Em 2023 não faltaram eventos adversos que embaralharam a visão até dos mais experientes gestores - desde a indefinição da política monetária nos Estados Unidos e conflitos geopolíticos, passando pelos ruídos fiscais no Brasil na transição para o novo governo e os episódios de crédito corporativo, com Americanas, Light e outras reestruturações em série.

Para completar, a aprovação no Congresso da tributação dos fundos fechados exclusivos ou reservados a poucos cotistas em dezembro já provocou uma revisão de estruturas das famílias mais

endinheiradas e até de investidores profissionais. Parcela majoritária dos portfólios destinados à gestão patrimonial dos ultrarricos estava sob a casca de multimercados, que passarão a ter neste ano o comecotas, o imposto semestral, que já incide nos fundos condominiais.

A ver se o avanço nos cortes da Selic vai encorajar o investidor a voltar para a classe. A taxa básica de juros encerrou 2023 em 12,25% ao ano e as projeções do mercado no boletim Focus apontam 9% até o fim de 2024.

Na teoria, a redução da Selic pode ajudar na recuperação dos fluxos para os "hedge funds" brasileiros, segundo Huang Seen diretor de renda fixa e multimercados da Schroders Brasil.

"O grande desafio para a classe em geral foi muita volatilidade, sem tendência definida ao longo do ano [de 2023], houve vários momentos de melhora e piora e, dependendo de como cada gestor estava posicionado, aquela mudança machucou vários deles", diz. "Não foi o nosso caso, de certa forma a gente conseguiu surfar bem a turbulência, mas não acho que 2024 será um ano com tantas idas e voltas." O fato de ter multimercados de baixa volatilidade ajudou nesse percurso, diz Fernando Cortez, diretor comercial da Schroders. Ele acrescenta que, se os bancos tirarem o pé do acelerador, com menor rolagem de títulos isentos, sobrarão mais espaço para o setor.

"Esse é um competidor difícil, principalmente para os fundos de ações e multimercados", afirma.

"Não dá para contar com isso, mas seria "o melhor dos cenários".

Nos últimos dois a três anos, a entrega de performance dos multimercados não "brilhou aos olhos", por isso os pares comparáveis da indústria de hedge funds encolheu, diz Fábio Dall'Acqua, sócio à frente da área de relações com investidores da Neo. Em meio a um mercado de renda fixa muito atrativo, turbinado pelos incentivados, pagar 2% de taxa de administração com 20% de performance para carteiras de baixa volatilidade, pode não se justificar olhando adiante.

"O setor passa por algumas transformações

importantes.

Com a **reforma tributária** que impôs o come-cotas, as conversas passam pela discussão de que sem o diferimento talvez não valha mais ter fundo exclusivo.

Dentro dessa estrutura, o alocador qualificado tem aumentado a demanda para fundos que tomem mais risco", diz Dall'Acqua.

Foi com base nessa procura que o multimercado da Neo captou cerca de R\$ 1,7 bilhão ao longo de 2023, o melhor ano em uma década, com o fundo sendo fechado para captações em dezembro, quando a estratégia atingiu R\$ 5 bilhões.

Com um estilo de gestão que privilegia posições de valor relativo (compradas e vendidas em juros, moedas, bolsa e ativos globais), em oposição a grandes fundos direcionais, o executivo diz que a Neo tem conseguido retornos não correlacionados aos vaivéns do cenário e de outros multimercados que miram um adicional de retorno de 6% a 7% acima do CDI, o intervalo que a asset busca.

Com a equipe que tem hoje, a casa não teria capacidade para duplicar de tamanho e tem preferido ganhar conhecimento no mercado internacional antes de aumentar a exposição fora do Brasil, como muitas gestoras fizeram, diz Dall'Acqua. Hoje, só 15% do risco estão em ativos globais.

A Clave Capital foi outro nome que viu seu patrimônio crescer em 2023, de R\$ 7,2 bilhões para R\$ 8,9 bilhões, com aumento de R\$ 500 milhões no seu multimercado, segundo Rubens Henriques, CEO da asset. "As posições em Brasil foram importantes para superar o CDI no ano, com juros dando grande contribuição, e depois a bolsa, mais do que compensando as estratégias que não foram tão bem lá fora." Foi a tese antecipada de que os juros nos EUA tinham atingido o seu pico que fez "muitos gestores queimarem a mão", diz Rodrigo Carvalho, executivo-chefe de investimentos (CIO) macro da Clave.

"A gente vinha com a visão mais otimista do que a média em relação à desinflação pós-choque da covid, parte dela foi acertada com a revisão para baixo das posturas de política monetária dos bancos centrais, mas até três meses atrás não era consensual." Ricardo Cará, chefe da área de multimercados da EQI Asset, diz que o desempenho da classe deixou a desejar em 2023, mas ressalta que, se a análise for ampliada a 24 meses, o resultado é bom. Se abranger os últimos 15 anos, continua, batem consistentemente o CDI. Agora, ele vê uma mudança de ciclo com o fim mais claro do aperto monetário nos países desenvolvidos, provavelmente ao longo do segundo

trimestre, com maiores chances de nos EUA a **inflação** cair sem recessão. "É o melhor cenário para emergentes, moedas e bolsas", avalia.

Para o executivo, isso permitirá que os juros no Brasil continuem em queda, se a questão fiscal seguir controlada. "O mercado já espera 0,5% de déficit. Se não fugir muito disso, o BC pode até conseguir levar a Selic a algo entre 8% e 8,5%, o que seria uma taxa neutra, considerando a **inflação** de 3% a 3,5%." Um contexto potencialmente favorável aos multimercados.

Ele lembra que a indústria de fundos é cíclica e que em alguns momentos os multimercados eram os "queridinhos" e, em outros, "sinônimo de palavrão." Quando esse momento passa, voltam a engrenar. "É como estamos agora. Vai ser difícil ter mais uma onda de resgates nessa intensidade.

E o lado bom é que o estoque está com a alocação abaixo da média, sobretudo pelo estrangeiro, que acaba colocando o Brasil no meio dos emergentes, sem diferenciação." Para Bruno Marques, sócio e cogestor dos multimercado da XP Asset, ficou difícil para o investidor que não acompanha de perto o mercado entender por que o ano foi tão duro para a classe. Segundo ele, não houve um grande acontecimento, e sim várias mudanças na perspectiva econômica. "Multimercados no geral tentam antecipar grandes tendências macroeconômicas e se posicionar, e elas foram erráticas ao longo de 2023." Ele lembra que a dúvida no fim de 2021 era até onde o BC americano precisaria subir os juros e qual o tamanho da recessão que teria que causar para segurar a **inflação**. "E a resposta é que os índices estão caminhando para a meta sem precisar gerar uma forte queda na atividade." Marques afirma que bons multimercados têm um histórico de entregar retornos consistentes de 3% a 5% acima do CDI em dez anos, e que períodos com rendimento abaixo disso precedem momentos de melhor desempenho. "Aqui na XP tem sido assim. Historicamente, ambiente de queda de juros é benéfico para os multimercados.

O investidor deveria se antecipar a esse movimento e buscar agora diversificar sua carteira." Apesar do ano difícil para os fundos mistos, essa é uma classe em que a gestora de fortunas Est sempre mantém um posicionamento estrutural, segundo o chefe de investimentos Helder Bassi.

"Correr atrás da [melhor] cota, sair da que subiu demais e entrar na que caiu, não é a melhor opção. Vale escolher bons gestores que ao longo do tempo batem o "benchmark" [normalmente o CDI]." Não é porque numa janela de 12 meses os multimercados não foram bem que os gestores "perderam capacidade de gerar alfa [retorno excedente]", diz Wilson

Barcellos, CEO da Azimut Brasil Wealth Management. "Com a tendência de mercado mais visível, eles vão ganhar muito mais que o CDI, há um potencial de meses fantásticos pela frente porque os gestores podem alavancar e colocar ativos de melhor assimetria." Ele diz que a tributação dos exclusivos e reservados com o come-cotas pode prejudicar o fluxo de capital para a categoria que também se alimentava da alocação via fundos de fundos.

"Enquanto o dinheiro estava num fechado, postergando o imposto, só trocava de "A" para "B", e agora esses caras não têm mais amarras. Uma vez que pagou o IR, os recursos vão para LCI, LCA, ainda com uma boa relação risco/retorno", diz.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso>

# Carteiras 'cripto' lideram ganhos no ano

**Toni Sciarretta**

No ano de recuperação de 155% do bitcoin, os fundos de investimento que aplicam em criptomoedas voltaram a figurar entre os de maior performance em 2023, com ganhos acumulados que chegaram a passar de 200%, segundo dados da Morningstar. A alta contrasta com as fortes perdas de até 80% no ano anterior após a série de escândalos no segmento "cripto".

Um dos fundos de maior rentabilidade foi o Web3, da Hashdex, que aplica em projetos de contratos inteligentes e surfou com a alta de 917% do token da rede blockchain Solana. O fundo terminou 2023 com ganho de 210%.

Entre os produtos de gestão ativa com melhor performance está o BLP Crypto 100, da gestora BLP, que teve ganho de 124,88%. O fundo aplica majoritariamente em bitcoin, mas também tem posições relevantes em criptomoedas como ether, token nativo do ecossistema Ethereum, e outros projetos.

"Depois de sobreviver a 2022, nosso segundo 'inverno cripto', o ciclo de quatro anos parece funcionar como um relógio suíço e esperamos repetir a performance olhando para frente. Mas nada é certo nem garantido", disse Axel Blikstad, sócio da BLP.

Entre as estratégias de maior rentabilidade estão os produtos passivos, em sua maioria fundos negociados em bolsa (ETFs), como aqueles em fase final de aprovação nos EUA (no Brasil, eles são liberados desde 2019). É o caso do Hashdex Bitcoin, um fundo que aplica diretamente na maior e mais antiga das moedas digitais, e que teve alta de 131,6% - atrás da variação em dólar de 155% do bitcoin em razão da variação cambial e dos custos associados. O HASH11, maior ETF do setor, com R\$ 1,5 bilhão em ativos, teve alta de 112,5%.

Apesar da boa performance, a captação deixou a desejar, segundo os gestores, devido às perdas de 2022. "Como muitos investidores aproveitaram a alta para sair da posição no zero a zero, os resgates superavam as aplicações, gerando um fluxo líquido negativo. Foi só nos últimos meses do ano que, com a captação ganhando tração e os resgates diminuindo, o fluxo líquido voltou para o terreno positivo", disse João Marco Cunha, diretor de gestão da Hashdex.

No caminho ficaram fundos Ricardo Cará, chefe de multimercados da EQI Asset, vê recuperação neste ano: "Vai ser difícil ter mais uma onda de resgates nessa intensidade" ANA PAULA PAIVA Investimentos Multimercado concentra quase 70% do total de saídas de portfólios tradicionais Resgates de fundos em 2023 chegam a R\$ 128 bi Adriana Cotias e Liane Thedim De São Paulo e do Rio O ano de 2023 terminou com uma grande rasteira para o setor de fundos de investimentos e 2024 não promete vida fácil para os gestores.

Entre captações e resgates, R\$ 194,1 bilhões deixaram as carteiras líquidas até 29 de dezembro, sendo 69,2% (ou R\$ 134,3 bilhões) dos multimercados. Os dados são da Anbima, que representa o mercado de capitais e de investimentos.

Os fundos de renda fixa tiveram saques de R\$ 59,8 bilhões, e os de ações, R\$ 17,0 bilhões.

Considerando-se o dinheiro que entrou e saiu dos estruturados - fundos de recebíveis de crédito (FIDC) e de participações em empresas (FIP), os resgates líquidos da indústria como um todo chegaram a R\$ 127,9 bilhões.

Os números finais ainda podem ter alguma revisão, mas 2023, em termos de fluxo, mostra o pior desempenho dos multimercados desde o início da série histórica da Anbima, em 2006. E emplaca o segundo ano consecutivo de saques bilionários do setor de gestão de recursos de terceiros - em 2022, as saídas líquidas foram de R\$ 129,2 bilhões. Entre um ano e outro, o patrimônio foi de R\$ 7,5 trilhões para R\$ 8,3 trilhões.

A fuga para títulos bancários e de dívida corporativa com isenção tributária para a pessoa física explica parte da história. Com a Selic em dois dígitos - a média do ano ficou em 13,04% - não havia muita razão para o investidor ficar à mercê de um diagnóstico de cenário que se convertesse em retorno para os multimercados. Em 2023 não faltaram eventos adversos que embaralharam a visão até dos mais experientes gestores - desde a indefinição da política monetária nos Estados Unidos e conflitos geopolíticos, passando pelos ruídos fiscais no Brasil na transição para o novo governo e os episódios de crédito corporativo, com Americanas, Light e outras reestruturações em série.

Para completar, a aprovação no Congresso da

tributação dos fundos fechados exclusivos ou reservados a poucos cotistas em dezembro já provocou uma revisão de estruturas das famílias mais endinheiradas e até de investidores profissionais. Parcela majoritária dos portfólios destinados à gestão patrimonial dos ultrarricos estava sob a casca de multimercados, que passarão a ter neste ano o come-cotas, o imposto semestral, que já incide nos fundos condominiais.

A ver se o avanço nos cortes da Selic vai encorajar o investidor a voltar para a classe. A taxa básica de juros encerrou 2023 em 12,25% ao ano e as projeções do mercado no boletim Focus apontam 9% até o fim de 2024.

Na teoria, a redução da Selic pode ajudar na recuperação dos fluxos para os "hedge funds" brasileiros, segundo Huang Seen diretor de renda fixa e multimercados da Schroders Brasil.

"O grande desafio para a classe em geral foi muita volatilidade, sem tendência definida ao longo do ano [de 2023], houve vários momentos de melhora e piora e, dependendo de como cada gestor estava posicionado, aquela mudança machucou vários deles", diz. "Não foi o nosso caso, de certa forma a gente conseguiu surfar bem a turbulência, mas não acho que 2024 será um ano com tantas idas e voltas." O fato de ter multimercados de baixa volatilidade ajudou nesse percurso, diz Fernando Cortez, diretor comercial da Schroders. Ele acrescenta que, se os bancos tirarem o pé do acelerador, com menor rolagem de títulos isentos, sobrarão mais espaço para o setor.

"Esse é um competidor difícil, principalmente para os fundos de ações e multimercados", afirma.

"Não dá para contar com isso, mas seria "o melhor dos cenários".

Nos últimos dois a três anos, a entrega de performance dos multimercados não "brilhou aos olhos", por isso os pares comparáveis da indústria de hedge funds encolheu, diz Fábio Dall'Acqua, sócio à frente da área de relações com investidores da Neo. Em meio a um mercado de renda fixa muito atrativo, turbinado pelos incentivados, pagar 2% de taxa de administração com 20% de performance para carteiras de baixa volatilidade, pode não se justificar olhando adiante.

"O setor passa por algumas transformações importantes.

Com a **reforma tributária** que impôs o come-cotas, as conversas passam pela discussão de que sem o diferimento talvez não valha mais ter fundo exclusivo.

Dentro dessa estrutura, o alocador qualificado tem aumentado a demanda para fundos que tomem mais risco", diz Dall'Acqua.

Foi com base nessa procura que o multimercado da Neo captou cerca de R\$ 1,7 bilhão ao longo de 2023, o melhor ano em uma década, com o fundo sendo fechado para captações em dezembro, quando a estratégia atingiu R\$ 5 bilhões.

Com um estilo de gestão que privilegia posições de valor relativo (compradas e vendidas em juros, moedas, bolsa e ativos globais), em oposição a grandes fundos direcionais, o executivo diz que a Neo tem conseguido retornos não correlacionados aos vaivéns do cenário e de outros multimercados que miram um adicional de retorno de 6% a 7% acima do CDI, o intervalo que a asset busca.

Com a equipe que tem hoje, a casa não teria capacidade para duplicar de tamanho e tem preferido ganhar conhecimento no mercado internacional antes de aumentar a exposição fora do Brasil, como muitas gestoras fizeram, diz Dall'Acqua. Hoje, só 15% do risco estão em ativos globais.

A Clave Capital foi outro nome que viu seu patrimônio crescer em 2023, de R\$ 7,2 bilhões para R\$ 8,9 bilhões, com aumento de R\$ 500 milhões no seu multimercado, segundo Rubens Henriques, CEO da asset. "As posições em Brasil foram importantes para superar o CDI no ano, com juros dando grande contribuição, e depois a bolsa, mais do que compensando as estratégias que não foram tão bem lá fora." Foi a tese antecipada de que os juros nos EUA tinham atingido o seu pico que fez "muitos gestores queimarem a mão", diz Rodrigo Carvalho, executivo-chefe de investimentos (CIO) macro da Clave.

"A gente vinha com a visão mais otimista do que a média em relação à desinflação pós-choque da covid, parte dela foi acertada com a revisão para baixo das posturas de política monetária dos bancos centrais, mas até três meses atrás não era consensual." Ricardo Cará, chefe da área de multimercados da EQI Asset, diz que o desempenho da classe deixou a desejar em 2023, mas ressalta que, se a análise for ampliada a 24 meses, o resultado é bom. Se abranger os últimos 15 anos, continua, batem consistentemente o CDI. Agora, ele vê uma mudança de ciclo com o fim mais claro do aperto monetário nos países desenvolvidos, provavelmente ao longo do segundo trimestre, com maiores chances de nos EUA a **inflação** cair sem recessão. "É o melhor cenário para emergentes, moedas e bolsas", avalia.

Para o executivo, isso permitirá que os juros no Brasil



continuem em queda, se a questão fiscal seguir controlada. "O mercado já espera 0,5% de déficit. Se não fugir muito disso, o BC pode até conseguir levar a Selic a algo entre 8% e 8,5%, o que seria uma taxa neutra, considerando a **inflação** de 3% a 3,5%." Um contexto potencialmente favorável aos multimercados.

Ele lembra que a indústria de fundos é cíclica e que em alguns momentos os multimercados eram os "queridinhos" e, em outros, "sinônimo de palavrão." Quando esse momento passa, voltam a engrenar. "É como estamos agora. Vai ser difícil ter mais uma onda de resgates nessa intensidade.

E o lado bom é que o estoque está com a alocação abaixo da média, sobretudo pelo estrangeiro, que acaba colocando o Brasil no meio dos emergentes, sem diferenciação." Para Bruno Marques, sócio e cogestor dos multimercado da XP Asset, ficou difícil para o investidor que não acompanha de perto o mercado entender por que o ano foi tão duro para a classe. Segundo ele, não houve um grande acontecimento, e sim várias mudanças na perspectiva econômica. "Multimercados no geral tentam antecipar grandes tendências macroeconômicas e se posicionar, e elas foram erráticas ao longo de 2023." Ele lembra que a dúvida no fim de 2021 era até onde o BC americano precisaria subir os juros e qual o tamanho da recessão que teria que causar para segurar a **inflação**. "E a resposta é que os índices estão caminhando para a meta sem precisar gerar uma forte queda na atividade." Marques afirma que bons multimercados têm um histórico de entregar retornos consistentes de 3% a 5% acima do CDI em dez anos, e que períodos com rendimento abaixo disso precedem momentos de melhor desempenho. "Aqui na XP tem sido assim. Historicamente, ambiente de queda de juros é benéfico para os multimercados.

O investidor deveria se antecipar a esse movimento e buscar agora diversificar sua carteira." Apesar do ano difícil para os fundos mistos, essa é uma classe em que a gestora de fortunas Est sempre mantém um posicionamento estrutural, segundo o chefe de investimentos Helder Bassi.

"Correr atrás da [melhor] cota, sair da que subiu demais e entrar na que caiu, não é a melhor opção. Vale escolher bons gestores que ao longo do tempo batem o 'benchmark' [normalmente o CDI]." Não é porque numa janela de 12 meses os multimercados não foram bem que os gestores "perderam capacidade de gerar alfa [retorno excedente]", diz Wilson Barcellos, CEO da Azimut Brasil Wealth Management. "Com a tendência de mercado mais visível, eles vão ganhar muito mais que o CDI, há um potencial de meses fantásticos pela frente porque os gestores podem alavancar e colocar ativos de melhor

assimetria." Ele diz que a tributação dos exclusivos e reservados com o come-cotas pode prejudicar o fluxo de capital para a categoria que também se alimentava da alocação via fundos de fundos.

"Enquanto o dinheiro estava num fechado, postergando o imposto, só trocava de 'A' para 'B', e agora esses caras não têm mais amarras. Uma vez que pagou o IR, os recursos vão para LCI, LCA, ainda com uma boa relação risco/retorno", diz.

"Enquanto o dinheiro estava no exclusivo, adiando IR, trocava de gestor; agora não tem mais amarras" Wilson Barcellos Fonte: Anbima/ No ano, até 28/12 (dados diários) O difícil ano dos fundos PL e captação líquida das diversas classes - em R\$ bilhões O passo dos multimercados Pior ano da série histórica (captação líquida - em R\$ bilhões) Fundos de investimento Patrimônio líquido Captação líquida Patrimônio líquido Captação líquida -120 -90 -60 -30 0 30 60 90 120 2006 2011 2015 2020 2023\* 56,6 -43,7 -32,0 103,8 134,321 -59,811 -16,962 -134,321 -1,939 19,256 -0,319 24,104 42,135 ND -127,858 3.140,9 601,9 1.686,2 5.924,3 1.356,3 44,5 426,1 722,3 287,7 8.271,8 Renda Fixa Ações Multimercados Cambial Previdência ETF Fundos estruturados FIDC FIP FII Total doméstico como os da Titanium Asset, uma gestora especializada na arbitragem de criptomoedas que sofreu intervenção em três dos seus principais fundos por decisão judicial no âmbito de uma operação da Polícia Federal. Na operação, uma juíza do Paraná determinou que os administradores assumissem a gestão dos fundos, provocando o desligamento dos robôs e algoritmos num momento de forte volatilidade. Além de ficar com o dinheiro preso, os cotistas começaram a ver o valor do investimento flutuar fora do mandato de gestão dos fundos.

O principal fundo da casa, o Titanium Galaxy, terminou o ano com ganho de 88,9% - a alta tinha sido de 64,9% até a intervenção.

Já o Titanium Structure teve valorização de 21,44% - menos do que os 24,06% de quando os robôs foram desligados.

Para 2024, os gestores preveem boa performance tanto para os fundos com maior participação do bitcoin quanto projetos alternativos, que ficaram para trás em termos de recuperação no ano passado.

A principal fonte de otimismo decorre da possível aprovação nos EUA dos fundos negociados em bolsa agora em janeiro e da redução na recompensa dos "mineradores" por autenticar as transações de bitcoin, o chamado "halving".

Todos os halvings anteriores foram seguidos por forte



alta das moedas digitais. "Se o mercado repetir o padrão dos ciclos anteriores, os fundos de gestão ativa devem ter melhor relação risco/retorno em 2024", disse Theodoro Fleury, gestor da QR Asset.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso>

# Índice de Preços ao Produtor tem queda de 0,43%

São Paulo - Os preços ao produtor no Brasil voltaram a cair em novembro depois de três meses de alta, sob influência principalmente das indústrias extrativas, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ontem.

Em novembro, o Índice de Preços ao Produtor (IPP) teve queda de 0,43%, depois de ter avançado 1,07% em outubro, com 13 das 24 atividades industriais apresentando queda.

O resultado levou o índice acumulado em 12 meses a uma deflação de 6,09% até novembro.

"O comportamento do segundo semestre tem sido distinto com relação aos primeiros meses do ano, quando o predomínio do viés deflacionário foi mais claro. Mesmo assim, a média praticada em novembro na porta da fábrica permanece mais baixa do que o patamar de 2022", disse o analista do IPP, Felipe Câmara.

As maiores variações em novembro foram registradas por indústrias extrativas (-7,09%), outros equipamentos de transporte (-2,11%), madeira (-1,77%) e fumo (-1,73%).

As indústrias extrativas também foram o setor industrial de maior destaque na composição do resultado agregado, sendo responsáveis por -0,37 ponto percentual de influência no resultado geral.

"Dois movimentos foram importantes em pautar o resultado do mês: a apreciação cambial corrente ... e a queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional. Como vem acontecendo nos últimos meses, o perfil difuso da dinâmica inflacionária tem prevalecido na indústria, sem sinais claros de repasse consolidado ao longo da maior parte das cadeias produtivas", completou Câmara.

O setor de alimentos apresentou, pelo terceiro mês consecutivo, uma variação de preços mensal positiva. Em novembro foi de 0,56%. Mesmo com a alta no mês, o acumulado no ano ficou em -3,36%. Já no acumulado em 12 meses, como tem acontecido desde abril, o resultado manteve-se em baixa, com variação de -3,09%.

Após três meses de alta, a indústria química voltou a

apresentar queda. Em novembro a produção foi negociada 1,36% mais barata na porta da fábrica do que em outubro.

"A (indústria) química foi outra atividade com influência grande no resultado agregado, que apresentou menores preços em novembro. O resultado, todavia, não se deveu aos petroquímicos, cuja informação coletada em novembro ainda guardou os efeitos de uma cotação internacional defasada, que esteve em alta até o início do mês. Foram os produtos consumidos na lavoura, os fertilizantes e herbicidas, que determinaram o resultado setorial", afirmou Câmara.

No setor de refino de petróleo e biocombustíveis entre os meses de outubro e novembro de 2023, os preços do setor subiram, em média, 0,83%, sendo o quarto mês seguido de aumento e um pouco abaixo da taxa anterior, 0,86%. Com isso, o acumulado no ano ficou em -11,89%, um quadro bem diferente do ano anterior, uma vez que, em 2022, até novembro o acumulado era de 17,48%.

No mês de novembro, a variação de preços da metalurgia foi de -1,43% em relação ao mês anterior, sétima queda consecutiva observada neste indicador. Com isso, em 2023, os preços da atividade acumulam, em média, uma queda de 10,18%, sendo a quarta variação mais intensa dentre as 24 atividades pesquisadas no IPP, assim como a quarta influência nesse indicador (-0,63 p.p. em -4,89%). E nos últimos 12 meses, o setor acumula uma redução de 11,35% no período, também se destacando como a quarta variação e influência.

O IPP mede a variação dos preços de produtos na "porta da fábrica", isto é, sem **impostos** e frete, de 24 atividades das indústrias extrativas e da transformação. (Com informações da Reuters)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/versao-impresa/>

# PIB mundial vai se manter em queda, aponta estudo

**LAÍS ADRIANA**

O Produto Interno Bruto (**PIB**) global deve desacelerar para 2,4% em 2024 e provavelmente manterá crescimento abaixo da tendência pré-pandemia de 3% por período prolongado, segundo o relatório Situação Econômica Global e Perspectivas (WESP, na sigla em inglês), divulgado ontem, pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O relatório estima que a economia global tenha expandido 2,7% em 2023 e projeta que, após período de desaceleração em 2024, a atividade deve retomar o mesmo nível em 2025.

Segundo a organização, a resiliência do ano passado apenas mascara riscos e vulnerabilidades - como a ameaça de fragmentação geopolítica, custos mais elevados de empréstimo e altos níveis de dívida.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Transferência de renda cresce e comprime salários, mostra estudo

**Marsílea Gombata**

O aumento das transferências de renda levou não apenas à queda da taxa de participação no mercado de trabalho, mas também à compressão da distribuição de salários em 2023, segundo estudo do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). Os efeitos, mais concentrados em serviços básicos e de menor potencial produtivo, vêm perdendo força, mas economistas afirmam que dificilmente haverá reversão do que foi obtido desde a pandemia.

De autoria do economista Daniel Duque, o estudo analisa dinâmicas recentes do mercado de trabalho acentuadas pela pandemia, como o efeito da transferência de renda sobre parte da população economicamente ativa.

"Quando uma pessoa pensa se vale a pena trabalhar, leva em conta o salário que vai ganhar e a probabilidade de encontrar trabalho.

Mas também coloca na balança o quanto de dinheiro terá se não trabalhar", afirma. "No Brasil, houve aumento muito forte da segunda parte. Isso puxou a curva de oferta de trabalho para baixo, o que significa que as pessoas precisarão de mais incentivos do mercado para procurar um trabalho." Segundo o economista, a queda da participação é mais provável dentre pessoas com baixo potencial produtivo, mais velhas e com baixo grau de instrução ou que vivem em regiões que pagam menores salários. "Se essa pessoa conseguir aumento grande da transferência de renda, chegará à conclusão de que não vale a pena procurar trabalho", diz.

Além do efeito sobre a população economicamente ativa, o aumento das transferências de renda também impactou a distribuição de ganhos, que no Brasil se comprimiu em 2022 e 2023.

Para a pesquisa, Duque trabalhou dados da Pnad Contínua em 75 áreas geográficas, a partir de capitais e regiões metropolitanas, Estados e o Distrito Federal para testar se os efeitos dessas transferências foram mais pronunciados em áreas com maior proporção de empregos em serviços básicos, como comércio, alojamento, alimentação, outros pronunciado. Além disso, notouse um efeito positivo no quartil mais baixo

de salário. Nos percentis mais altos, contudo, os efeitos não foram estatisticamente relevantes. No 75o percentil, a relação chegou a ser negativa.

"Essa combinação de efeitos positivos no quartil inferior e efeitos neutros ou ligeiramente negativos nos quartis superiores sugere um efeito de compressão. Ou seja, o aumento das transferências sociais está reduzindo a disparidade entre os salários, aproximando os extremos da distribuição de salários", afirma Duque.

"Esse fenômeno pode ser interpretado como uma equalização salarial, em que as transferências beneficiam proporcionalmente mais os trabalhadores de baixa renda do que aqueles nos extratos de renda mais altos." Esse cenário manteve-se com força até o segundo trimestre e seguiu com menor intensidade no restante de 2023, argumenta o economista. "No curto prazo, não deverá ocorrer uma reversão desse fenômeno. O mais provável é termos estabilização", afirma.

Duque argumenta, contudo, que mesmo que não houvesse o efeito das transferências, a pressão de demanda por trabalho de baixa qualificação no processo de abertura pós-pandemia já teria tido um efeito de compressão sobre os salários.

"Nos últimos dois anos, empregadores se viram pressionados a aumentar salários desses trabalhadores [em setores que costumemente pagam menos], como se viu temporariamente nos Estados Unidos e de forma mais permanente no Brasil", disse.

Hélio Zylbersztajn, professor sênior da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA) da Universidade de São Paulo e coordenador do Salariômetro da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), lembra que o rendimento médio habitual - recebido por empregados, empregadores e trabalhadores por conta própria - chegou a R\$ 3.034 no trimestre móvel terminado em novembro deste ano.

O valor, corrigido pela **inflação**, é o segundo maior da série histórica, depois da pandemia, quando chegou a R\$ 3.150, em boa parte pela perda de trabalho dos informais.

"A massa de rendimento médio mensal de todos os trabalhos, por sua vez, chegou a R\$ 300,2 bilhões, recorde da série.

No ano, a renda do trabalho no Brasil chega a cerca de R\$ 4 trilhões, o que equivale a 40% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Isso significa que a renda do trabalho tanto medida em reais mensais quanto em participação do **PIB** está crescendo", diz, ao lembrar que em 2012 o rendimento médio mensal era de R\$ 235 bilhões.

Dados da Pnad Contínua sobre posição na ocupação indicam que as categorias que mais têm crescido nos últimos 12 meses até o trimestre terminado móvel terminado em novembro são as de empregados no setor público com carteira assinada (5,2%), trabalhador doméstico sem carteira (3,3%), por conta própria sem CNPJ (2,6%), e empregado no setor privado com carteira assinada (2,5%).

Além disso, o total de ocupados cresceu 800 mil no período, enquanto os desempregados diminuíram 500 mil, e o total fora da força de trabalho aumentou 1,2 milhão.

"Ou seja, a formalidade e a informalidade estão crescendo, mas a participação vem diminuindo.

Isso mostra que o argumento relacionando a queda da taxa de participação às transferências faz sentido. Ou seja, alguns aceitarão apenas emprego com carteira assinada. Caso contrário, quebrarão o galho com alguma informalidade. Preferem estar fora do mercado a aceitar qualquer trabalho", diz.

O economista afirma que a magnitude das transferências de renda que se manteve e "está tendo feito de longo prazo na estrutura de participação dos trabalhadores" Para sair dessa dinâmica, seria preciso reduzir o incentivo à não participação, ou seja, da transferência.

Mas isso é "politicamente inviável", avalia.

"Os números mostram que as pessoas querem emprego, mas melhores, com carteira assinada, e que está difícil absorver todo mundo", diz. "Se voltarmos a crescer com intensidade, podemos fazer crescer também o setor formal, o que poderia levar a uma remoção gradual das transferências. Sem isso, dificilmente o governo retirará os incentivos [à menor participação no mercado de trabalho]."

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

# Juros devem frear economia mundial em 2024, diz ONU

**Paul Hannon**

A economia mundial terá uma desaceleração maior do que a prevista inicialmente neste ano, com os grandes aumentos nas taxas de juros implementados pelos principais bancos centrais nos dois últimos anos enfraquecendo os gastos com investimentos, avalia a Organização das Nações Unidas (ONU).

No primeiro de seus relatórios semestrais sobre as perspectivas econômicas globais, a ONU disse esperar um crescimento do **PIB** mundial de 2,4% para 2024, uma desaceleração em relação à expansão de 2,7% de 2023. A nova previsão é menor que o crescimento de 2,5% projetado em maio e que a média de 3% nos anos que antecederam a pandemia de covid-19.

A ONU disse que as taxas de **inflação** deverão cair ainda mais este ano em todo o mundo, mas as taxas de juros deverão permanecer elevadas, aumentando os custos dos pagamentos de dívidas para os países em desenvolvimento.

"A projeção é de que o lento crescimento global vai desacelerar ainda mais", disse António Guterres, secretário-geral da ONU.

"Os investimentos permanecerão fracos. A crise de dívida continuará aumentando, com as obrigações dos serviços das dívidas atingindo novos níveis elevados." O crescimento econômico global foi maior do que o esperado pela ONU e muitos outros analistas para 2023, em grande parte devido à resiliência dos gastos do consumidor nos EUA apesar do aumento dos custos dos empréstimos.

Mas a ONU prevê que o crescimento nos EUA vai desacelerar para 1,4% este ano, ante os 2,5% de 2023. Também prevê uma desaceleração na China, a segunda maior economia do mundo.

Por outro lado, a ONU prevê uma recuperação do crescimento econômico na zona do euro depois de uma desaceleração maior que a esperada em 2023.

Embora se espere uma recuperação do crescimento em muitas economias em desenvolvimento na África e outras partes do mundo este ano, a ONU disse que isso ficará muito abaixo dos níveis de atividade que

foram previstos antes da pandemia de covid-19. Os economistas da ONU estimam que em 2023 os países mais pobres do mundo sofreram uma perda de crescimento equivalente a 30% de seus PIBs pré-pandemia, comparado a apenas 10% no caso dos países mais ricos do mundo.

A ONU espera uma desaceleração ainda maior da **inflação** neste ano em relação ao maior nível em três décadas alcançado em 2022.

Ela deve cair de 5,7% em 2023 para 3,9%. Mas a ONU disse que os mercados de trabalho fortes nos países ricos tornam improvável que os principais bancos centrais cortem taxas de juros no começo do ano.

"O aumento nominal dos salários sinalizou o risco de efeitos de segunda ordem e de pressões inflacionárias mais duradouras, deixando os bancos centrais relutantes em encerrar o ciclo de aperto e iniciar uma flexibilização da política monetária", disse a ONU.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso>

# Após recorde em 2023, bolsa lida com novos riscos globais

**ANDERSON AIRES** [anderson.aires@zerohora.com.br](mailto:anderson.aires@zerohora.com.br)

Enfileirando recordes na reta final do ano, a bolsa brasileira fechou 2023 em alta, afastando os temores que dominaram o mercado no primeiro semestre. No final do ano, o Ibovespa, principal indicador de desempenho da B3, avançou 22% ante o mesmo período do ano anterior.

Queda da **inflação**, que estimula recuo do juro, e mais clareza sobre questões fiscais do governo federal ajudam a explicar esse movimento de alta, segundo especialistas.

Na largada de 2024, a bolsa segue com a tradicional ressaca de virada de ano, inflada por novos riscos globais. No entanto, o cenário segue positivo com perspectiva de queda de juro nos Estados Unidos e reformas internas. Em 28 de dezembro, último pregão do ano, o Ibovespa anotou 134.185,23 pontos, acima dos 109.734,60 observados no fechamento de 2022.

Chefe de pesquisa da Guide Investimentos, Fernando Siqueira afirma que 2023 começou com certa cautela e desconfiança do mercado sobre alguns pontos, como a nova regra fiscal e o comportamento do juro. No decorrer do ano, o ambiente interno ficou mais claro e o externo deu recado positivo, fortalecendo a bolsa, diz: - No fim do primeiro semestre, isso tudo foi desfeito. A **inflação** caiu, o juro ficou com espaço para queda, o mercado começou a antecipar que Banco Central iria reduzir o juro ainda em 2023, o arcabouço fiscal foi aprovado. Isso deu uma ajuda para a bolsa no primeiro semestre. No fim do ano, o que melhorou a situação foi a expectativa de corte de juro nos Estados Unidos.

Na reta final de 2023, o Federal Reserve (Fed), banco central americano, manteve o juro na faixa entre 5,25% e 5,50% e antecipou que espera reduzir a taxa para 4,6% em 2024. Queda do juro americano cria ambiente mais favorável para economias emergentes, como o Brasil.

Valter Bianchi Filho, sócio-diretor da Fundamenta Investimentos, também cita o peso do mercado externo no desempenho da bolsa no fim do ano. O executivo afirma que os dados de **inflação** dos EUA, que mostraram ambiente mais benigno para o futuro, tiveram peso nesse processo, porque projetam queda

no juro no país americano: - O grande movimento, principalmente em novembro, quando teve grande alta na bolsa, tem a ver com a leitura do mercado sobre a queda da **inflação**.

Cenários para este ano

Movimento tradicional de virada de ano, a ressaca marca os primeiros pregões de 2024 na B3. Na terça-feira, primeiro dia útil do ano, o Ibovespa fechou com queda. No dia seguinte, registrou alta. Ontem, voltou a anotar variação negativa.

Além desse efeito sazonal, novos riscos globais entram no radar, criando certa instabilidade na bolsa. Entram nesse rol a crise do Oriente Médio, com escalada na tensão no Irã, e dados que mostram emprego aquecido nos Estados Unidos.

O chefe de pesquisa da Guide Investimentos, Fernando Siqueira, afirma que parcela do mercado estava muito otimista com queda do juro nos EUA ainda nos primeiros meses deste ano. Agora, indicadores apontam que esse processo deve ocorrer no fim do primeiro semestre, acrescenta: - O dado que saiu hoje (ontem) sobre emprego nos Estados Unidos reforça essa tese. O que estamos observando nos últimos dias é que um pouco do exagero do mercado em relação a essa questão da queda do juro nos Estados Unidos está sendo desfeito.

O executivo afirma que é preciso ter mais dados ao longo do ano para projetar cenário para a bolsa com mais assertividade.

O economista-chefe da agência de classificação de risco Austin Rating, Alex Agostini, avalia que a manutenção da queda do juro é um dos fatores que criam ambiente para a bolsa repetir bom desempenho neste ano: - A bolsa tem potencial de chegar a 145 mil pontos, porque o juro vai continuar caindo aqui e isso estimula as compras, as vendas, a atividade econômica, ainda que o **PIB** vai crescer menos. Mesmo menor, será um crescimento sobre uma base fortalecida.

Gaúchas em destaque

O desempenho das empresas gaúchas na bolsa em 2023 mostra cenário diversificado. Um dos destaques



é a Marcopolo, que teve alta de 166,6% em 2023, segundo dados da Fundamenta Investimentos, analisando papéis com maior liquidez. Na sequência, aparecem Randon e Grendene.

- A Marcopolo teve uma reação tardia à pandemia. Também tem certa sazonalidade na compra de ônibus em épocas de eleições municipais - diz Valter Bianchi Filho, da Fundamenta Investimentos.

Na parte de quedas, alguns dos destaques, segundo dados da Fundamenta, são a Renner, que sofreu com competição com mercado chinês e endividamento da população, e a Gerdau, que sentiu impacto da disputa com importação de aço e juro elevado em parte do ano, segundo especialistas.

**Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240105&edicao=29704>**

# Brasil deve crescer 1,6% em 2024

## Do Estadão Conteúdo

O Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil deve ter crescido 3,1% em 2023, mas o ritmo de avanço provavelmente irá desacelerar significativamente este ano, para 1,6%, segundo o relatório Situação Econômica Global e Perspectivas (WESP, na sigla em inglês), publicado nesta quinta-feira, 4, pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da Organização das Nações Unidas.

A ONU atribui a esperada desaceleração em 2024 ao impacto defasado de altas de juros no consumo e nos investimentos e à demanda externa mais fraca.

Em meados do ano passado, a ONU previa aumento bem menor do **PIB** brasileiro em 2023, de 1%, mas ganho mais robusto em 2024, de 2,1%. Na primeira projeção para 2025, a ONU espera que a economia do Brasil volte a ganhar força e avance 2,3%, favorecida pelo novo arcabouço fiscal e pela ênfase renovada em investimentos.

Para a América Latina e Caribe, a ONU estima que o crescimento econômico tenha desacelerado a 2,2% em 2023, ante 3,8% em 2022, e deve manter a tendência este ano, com alta prevista de 1,6%.

Em relação à Argentina, a ONU acredita que o **PIB** do país sofreu contração de 2,5% em 2023. Para o México, a previsão é de expansão de 2,3% do **PIB** em 2024, após avanço estimado em 3,5% em 2023.

Sobre países desenvolvidos, o relatório projeta que o **PIB** dos Estados Unidos, a maior economia do mundo, deve desacelerar de estimados 2,5% em 2023 para 1,4% em 2024, conforme poupanças domésticas se esgotem e os impactos do aperto monetário sejam sentidos pela economia. Neste cenário, a ONU prevê um arrefecimento do mercado de trabalho, enfraquecimento de gastos com consumo e ritmo lento de investimentos. Na Europa, as perspectivas apontam um ambiente "desafiador" diante de **inflação** e taxas de juros elevadas. A ONU projeta que o **PIB** da zona do euro deve acelerar de alta de 0,5% em 2023 para 1,2% em 2024 e 1,5% em 2025.

Para o Reino Unido, a expectativa também é de crescimento fraco nos próximos anos, com projeção estimada de 0,5% em 2023, 0,4% em 2024 e 1,0% em 2025.

Segunda maior economia do mundo, a China

continuará desacelerando no curto prazo. A ONU projeta que o **PIB** chinês desacelerará para 4,7% em 2024 e 4,5% em 2025.

Entretanto, a projeção para 2024 representa um aumento de 0,2 ponto percentual dos 4,5% previstos anteriormente.

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

# Após alta, bolsa inicia o ano mais instável

**ANDERSON AIRES** *anderson.aires@zerohora.com.br*

Enfileirando recordes na reta final do ano, a bolsa brasileira fechou 2023 em alta, afastando os temores que dominaram o mercado no primeiro semestre. No final do ano, o Ibovespa, principal indicador de desempenho da B3, avançou 22% ante o mesmo período do ano anterior. Queda da **inflação**, que estimula recuo do juro, e mais clareza sobre questões fiscais do governo federal ajudam a explicar esse movimento de alta, segundo especialistas.

Na largada de 2024, a bolsa segue com a tradicional ressaca de virada de ano, inflada por novos riscos globais. No entanto, o cenário segue positivo com perspectiva de queda de juro nos EUA e reformas internas. Em 28 de dezembro, último pregão do ano, o Ibovespa anotou 134.185,23 pontos, acima dos 109.734,60 pontos observados no fechamento de 2022.

Chefe de pesquisa da Guide Investimentos, Fernando Siqueira diz que 2023 começou com cautela e desconfiança do mercado sobre alguns pontos, como a nova regra fiscal e comportamento do juro. No decorrer do ano, o ambiente interno ficou mais claro e o externo deu recado positivo, fortalecendo a bolsa:

- No fim do primeiro semestre, isso tudo foi desfeito. A **inflação** caiu, o juro ficou com espaço para queda, o mercado começou a antecipar que Banco Central iria reduzir o juro ainda em 2023, o arcabouço fiscal foi aprovado. Isso deu uma ajuda para a bolsa no primeiro semestre. No fim do ano, o que melhorou a situação foi a expectativa de corte de juro nos EUA.

Na reta final de 2023, o Federal Reserve (Fed), banco central americano, manteve o juro na faixa entre 5,25% e 5,50% e antecipou que espera reduzir a taxa para 4,6% em 2024. Queda do juro americano cria ambiente favorável para economias emergentes, como o Brasil.

**Site:** <https://flippioneiro.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/pio/>